

**Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura
- ASEL
Hospital Regional Público do Araguaia - HRPA**

**Demonstrações contábeis “Carve-out”
Em 31 de dezembro de 2022**

**Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura - ASELC
Hospital Regional Público do Araguaia - HRPA**

**Demonstrações contábeis “Carve-out”
Em 31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura
HOSPITAL REGIONAL PÚBLICO DO ARAGUAIA
Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	18.483.483	18.227.483	Fornecedores	9	3.028.582	2.691.535
Contas a receber - Contrato de gestão	5	1.460.323	1.593.643	Obrigações trabalhistas	10	11.002.931	8.665.655
Estoques	6	3.316.937	4.194.260	Obrigações tributárias		110.025	101.058
Outras contas a receber		<u>475.468</u>	<u>309.591</u>	Outras contas a pagar	11	<u>108.355</u>	<u>124.149</u>
Total ativo circulante		23.736.211	24.324.977	Total do passivo circulante		14.249.893	11.582.397
Realizável a longo prazo				Passivo não circulante			
Outras contas a receber		549	461	Bens públicos em nosso poder	9	2.111.966	1.556.526
Repasse a receber		<u>-</u>	<u>967.216</u>	Repasse a aplicar	7	200.775	967.216
Total realizável a longo prazo		549	967.677	Obrigações com Terceiros	12	<u>6.409.383</u>	<u>6.523.645</u>
Ativo Não circulante				Total do passivo não circulante		8.722.124	9.047.387
Imobilizado	7	63.765	15.030	Patrimônio líquido	13		
Imobilizado - Bens públicos em nosso poder	8	<u>2.111.966</u>	<u>1.556.526</u>	Patrimônio social		1.281.440	1.281.440
Total ativo não circulante		2.176.280	2.539.233	Superávit/Deficit acumulado		<u>1.659.034</u>	<u>4.952.986</u>
Total do ativo		<u>25.912.491</u>	<u>26.864.210</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		2.940.474	6.234.426
						<u>25.912.491</u>	<u>26.864.210</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras "carve-out"

Clebson Carlos Gomes Vasconcelos
Presidente

Carmen Lúcia Parente Anaisse
Contadora - CRC/PA: 008315-O5

Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura
HOSPITAL REGIONAL PÚBLICO DO ARAGUAIA
Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	Nota	2022	2021
Receitas operacionais líquidas	14		
Receitas contrato de gestão		75.370.147	85.847.428
Receitas de doações de materiais médicos		187.268	896.586
Receita de Subvenção		186.710	111.389
		<u>75.744.126</u>	<u>86.855.403</u>
Custos operacionais			
Pessoal e encargos	15.1	(35.974.093)	(35.682.139)
Serviços profissionais	15.2	(22.311.673)	(21.915.022)
Materiais e medicamentos	15.3	(12.448.933)	(14.363.417)
Depreciação bens públicos em nosso poder		(186.710)	(111.389)
Depreciação		(7.034)	(4.739)
Impostos taxas e contribuições		(265.663)	(92.896)
		<u>(71.194.106)</u>	<u>(72.169.602)</u>
Receitas e (Despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	16	(9.810.832)	(10.235.898)
Outras receitas operacionais	17	140.456	51.566
		<u>(9.670.376)</u>	<u>(10.184.332)</u>
Superávit (Déficit) operacional antes do resultado financeiro		(5.120.357)	4.501.469
Resultado financeiro, líquido			
Receitas financeiras	19	1.856.131	484.823
Despesas financeiras	19	(29.727)	(33.306)
		<u>1.826.404</u>	<u>451.517</u>
(Déficit) superávit do exercício		<u>(3.293.953)</u>	<u>4.952.986</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Clebson Carlos Gomes Vasconcelos
 Presidente

Carmen Lúcia Parente Anaisse
 Contadora - CRC/PA: 008315-O5

Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura
HOSPITAL REGIONAL PÚBLICO DO ARAGUAIA
Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	2022	2021
(Déficit) Superávit do período	(3.293.953)	4.952.986
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do período	<u>(3.293.953)</u>	<u>4.952.986</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Clebson Carlos Gomes Vasconcelos
Presidente

Carmen Lúcia Parente Anaisse
Contadora - CRC/PA: 008315-O5

Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura - ASELC
HOSPITAL REGIONAL PÚBLICO DO ARAGUAIA
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	Nota	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2021		5.058.204	(3.776.764)	1.281.440
Absorção do déficit do exercício anterior		(3.776.764)	3.776.764	-
Superávit do exercício			4.952.986	4.952.986
Saldo em 1º de janeiro de 2022		1.281.440	4.952.986	6.234.426
(Déficit) do exercício		-	(3.293.953)	(3.293.953)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	13. (b)	1.281.440	1.659.033	2.940.473

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Clebson Carlos Gomes Vasconcelos
 Presidente

Carmen Lúcia Parente Anaisse
 Contadora - CRC/PA: 008315-O5

Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura
HOSPITAL REGIONAL PÚBLICO DO ARAGUAIA
Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em Reais)

	Nota	2.022	2.021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(Déficit) superávit do exercício		(3.293.953)	4.952.986
Ajustado por :			
Depreciação imobilizado	8	7.034	4.739
Receita de doações de materiais médicos		(187.268)	(896.586)
Receita de doações de ativos imobilizado	14	-	-
(Aumento)/redução nos ativos em:			
Contas a receber - Contrato de gestão	5	133.320	2.159.112
Estoques	6	1.064.591	697.389
Outras contas a receber		(165.964)	(98.142)
Aumento/(redução) nos passivos em:			
Fornecedores	7	337.047	(154.982)
Obrigações trabalhistas	9	2.337.277	2.254.643
Obrigações tributárias		8.967	(4.806)
Outras contas a pagar	10	(15.794)	748
Obrigações com terceiros	10	(114.262)	279.251
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		110.994	9.194.352
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado - Bens públicos em nosso poder	8	(742.150)	(980.000)
Ativo imobilizado	7	(55.769)	(2.265)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(797.919)	(982.265)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Recebimento de numerário para aquisição de imobilizado/intengível	9	942.925	980.000
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		942.925	980.000
Aumento líquida em caixa e equivalentes de caixa		256.000	9.192.087
Demonstração da (redução) aumento líquido do caixa equivalente de caixa			
No início do exercício	4	18.227.483	9.035.396
No fim do exercício	4	18.483.483	18.227.483
Aumento líquida em caixa e equivalentes de caixa		256.000	9.192.087
Transações que não envolveram caixa e equivalentes de caixa:			
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Depreciação imobilizado - Bens públicos em nosso poder	8	186.710	111.389

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras "carve-out".

Clebson Carlos Gomes Vasconcelos
Presidente

Carmen Lúcia Parente Anaisse
Contadora - CRC/PA: 008315-O5

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

1 Contexto operacional

A Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura (“Entidade” ou “ASELC”), é uma pessoa jurídica de direito privado constituída sob a forma de associação de caráter Social e Assistencial, com sede na cidade de Belém, Estado do Pará, cadastrada no CNPJ sob o N° 09.055.340/0001-94, constituída em 2006 e qualificada como Organização Social de Saúde (OSS) em 11 de junho de 2018 por meio do Decreto do Governo do Estado do Pará n° 2.104.

Em 04 de dezembro de 2018 a ASELC foi homologada vencedora do Processo de Seleção para Operacionalização do Hospital Regional Público do Araguaia em Redenção (“HRPA”) por meio do Contrato de Gestão n° 005/SESPA/2018 – Processo n° 2018/551030, com vigência de 60 meses, por meio do termo inicial na data de 07 de dezembro de 2018 e término em 06 de dezembro de 2023.

O Governo do Estado do Pará, através de sua Secretaria de Estado de Saúde-SESPA, instituiu a comissão de acompanhamento e fiscalização que acompanha a execução do contrato e a verificação periódica do desenvolvimento das atividades e resultados obtidos com a aplicação dos recursos sob gestão da ASELC no HRP. A prestação de contas é apresentada de forma mensal à SESPA e leva em consideração: (i) relação dos valores financeiros repassados; (ii) relatório consolidado da produção contratada *versus* produção realizada; e (iii) relatório consolidado do alcance das metas de qualidade (indicadores).

a. COVID 19

Em 2022 os atendimentos a COVID 19 foram pactuados pelo 14° T.A. assinado em 26 de janeiro de 2022 e teve duração de 60 dias.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

Estas demonstrações contábeis “carve-out” foram elaboradas para apresentar a posição financeira histórica dos balanços patrimoniais “carve-out” em 31 de dezembro de 2022 e das demonstrações do resultado “carve-out”, do resultado abrangente “carve-out”, das mutações do patrimônio líquido “carve-out” e dos fluxos de caixa “carve-out” para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 do Hospital Regional Público do Araguaia - HRP.

As demonstrações contábeis “carve-out” da filial do Hospital Regional Público do Araguaia - HRP são derivadas dos registros contábeis e das demonstrações contábeis individuais da Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura – ASELC que foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1) contabilidade para pequenas e médias empresas), e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) – Entidade Sem Finalidade de Lucros.

As demonstrações contábeis “carve-out” que estão sendo apresentadas contemplam apenas os direitos, obrigações e o resultado das operações da filial do Hospital Regional Público do Araguaia – HRP gerida pela Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura – ASELC. Dessa forma, não representa a situação financeira e patrimonial da ASELC como um todo (operações e resultados da matriz, decorrentes das atividades hospitalares e das filiais decorrentes da operacionalização da gestão e execução das atividades e dos serviços de saúde dessas OSS - Organizações Sociais de Saúde).

Ressaltamos que no modelo de contratos de gestão de uma OSS - Organização Social de Saúde, quando existe o término do contrato e não há interesse entre as partes em mantê-lo, o ente público abre processo licitatório para contratação de uma nova entidade privada que passará a gerir o contrato. Portanto, os bens, direitos e deveres da OSS são transferidos de uma entidade privada para outra a partir desse momento. O contrato de gestão em questão segue o mesmo pressuposto e, caso Hospital Regional Público do Araguaia – HRP manifeste interesse em não renová-lo, o mesmo será devolvido ao ente público que buscará outra entidade privada para assumi-lo.

A emissão das demonstrações contábeis “carve out” foi autorizada pela Diretoria Administrativa em 15 de março de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis “carve-out”, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras “carve-out” estão apresentadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado, quando aplicáveis, apresentadas com base no custo histórico.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras “carve-out” estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão apresentadas em real, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de julgamentos e estimativas e premissas

A preparação das demonstrações financeiras “carve-out” de acordo com as normas brasileiras de contabilidade exige que a administração faça julgamentos e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras “carve-out”. A

Entidade não possui nenhuma transação contábil na qual foram aplicadas julgamento quanto a sua contabilização para os exercícios findos de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Estimativas e premissas

As estimativas e premissas são revistas periodicamente, utilizando as melhores prospecções até a data de encerramento das demonstrações financeiras. A entidade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não possui nenhuma transação contábil na qual foram aplicadas estimativas e premissas quanto a sua contabilização.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1 Caixa e equivalentes a caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.2 Contas a receber - Contrato de Gestão

As contas a receber sobre a parcela mensal definida conforme Contrato de Gestão Estadual, são registradas de acordo com seu período de competência.

3.3 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques estão relacionados, principalmente, a medicamentos para serem utilizados junto aos pacientes atendidos. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os estoques recebidos em doação, ou seja, sem contraprestações, são mensurados pelo seu valor justo, mensuração efetuada pela administração baseada no último preço de aquisição dos itens recebidos como doação. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

A Entidade avalia periodicamente a composição e giro dos seus estoques a fim de identificar quebras dos processos produtivos, divergências de estoques e existência de itens obsoletos e de baixo giro. Os fatores de risco são gerenciados à medida das realizações dos inventários realizados ao longo do exercício, e em relação à obsolescência, a partir da avaliação quanto ao giro de estoques e data de vencimento, caso seja identificado algum fator de risco a provisão de itens obsoletos é reconhecida em contrapartida ao resultado do exercício.

3.4 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os itens adquiridos com verba própria da Entidade e/ou recebidos como doação de terceiros, os quais são utilizados nas atividades operacionais do hospital, poderão, de acordo com a aprovação da administração, ser doados e incorporar o patrimônio do Hospital e por

consequência o da Secretária Estadual de Saúde do Pará – SESPA.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Equipamentos de processamento de dados	5 anos
Móveis e máquinas	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.5 Imobilizado – Bens públicos em nosso poder

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

A Organização Social de Saúde (OSS) deve usufruir apenas do direito de uso dos bens. A escrituração contábil de custos e depreciação está a cargo da Secretaria do Estado de Saúde do Pará (SESPA).

Os itens do ativo imobilizado da Entidade são bens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela Entidade, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da concessão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou de outros fatores específicos. No passivo, a contrapartida dos bens foi registrada na rubrica de “bens públicos em nosso poder”, de acordo termo de permissão de uso emitido pela Secretária do Estado de Saúde do Pará (SESPA).

Os equipamentos, instrumentos e quaisquer bens permanentes, que porventura venham a ser adquiridos com recursos oriundos do contrato de gestão, serão incorporados ao patrimônio do Estado do Pará, devendo a Entidade entregar a Secretaria de Saúde do Estado do Pará SESPA, documentação necessária ao processo de regularização da incorporação dos referidos bens.

Os bens são depreciados pelo método linear, utilizando taxas anuais, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido, exceto por terrenos que não são depreciados.

Categoria dos ativos	Taxa de vida útil depreciação anual
Computadores e periódicos	20%
Máquinas e equipamentos	20%
Equipamentos médico hospitalar	10%

3.6 Instrumentos financeiros

A Entidade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio do resultado e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Entidade não possuía ativos financeiros classificados na categoria de mensurados ao valor justo por meio do resultado e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Entidade classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. Durante os exercícios de 2022 e 2021, a Entidade não contratou operações com instrumentos financeiros derivativos.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Entidade são: caixa e equivalentes de caixa, e contas a receber. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Entidade são: fornecedores e outras contas a pagar.

Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2022 e 2021.

3.7 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

3.8 Benefícios a empregados

A Entidade não mantém planos de pensão, previdência privada ou outro plano de aposentadoria para os empregados e dirigentes, e não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações.

3.9 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Entidade espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.10 **Patrimônio líquido**

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade.

3.11 **Reconhecimento da receita**

(i) **Contratos de Gestão**

O reconhecimento das receitas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que (i) os riscos e benefícios mais significativos referente ao cumprimento das atividades definidas no contrato de gestão são devidamente executas, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Entidade, (iii) os custos associados podem ser estimada de maneira confiável, e (iv) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita de prestações de serviços é reconhecida de acordo com a competência no qual o serviço é prestado e pelo valor determinado por meio do Contrato de Gestão firmado com a Secretaria de Estado de Saúde do Pará (SESPA).

(ii) **Receitas de depreciação de “Bens públicos em nosso poder”**

Em atendimento a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12 (ITG 2002 (R1)), NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais, bem como o cumprimento ao Contrato de Gestão, a Entidade reconhece a depreciação dos ativos, que serão devolvidos à Secretaria quando do término do Contrato de Gestão, na demonstração de resultado do exercício, nas despesas operacionais, em contrapartida as receitas operacionais do Contrato de Gestão.

3.12 **Resultado financeiro, líquido**

As receitas financeiras compreendem: (i) receitas financeiras abrange receitas de juros e aplicações financeiras, descontos e bonificações recebidas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos; (ii) despesas financeiras abrangem despesas com juros, multas e despesas bancárias.

3.13 **Apuração do resultado**

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência do período. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

3.14 **Gerenciamento de risco financeiro**

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de liquidez
Risco de mercado

A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados,

os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na nota explicativa nº 20.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa – fundo fixo	708	3.656
Bancos conta movimento	91.504	607.888
Aplicações financeiras	<u>18.391.271</u>	<u>17.615.939</u>
	<u>18.483.483</u>	<u>18.227.483</u>

A Entidade mantém os recursos disponíveis aplicados em títulos de renda fixa Certificado de Depósito Bancário (CDB), enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social. O rendimento médio para o exercício de 2022 foi de 95% do CDI a.a. (2020 de 105% do CDI% a.a.).

5 Contas a receber - Contrato de gestão

	2022	2021
Contas a receber - custeio	1.460.323	1.593.643

Refere-se ao repasse dos recursos vinculados ao contrato de gestão firmado com a Secretaria de Estado do Pará - SESP para a operacionalização nas atividades e serviços do Hospital Regional Público do Araguaia - HRP. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

Aging list das contas a receber

	2022	2021
Vencidos	1.460.323	1.593.643
Até 30 dias (a)		

- (a) A administração não constituiu provisão para perda de crédito esperada, pois o montante em aberto foi proveniente de contrato firmado com o Estado, de modo que não se tem perspectiva de perdas nos valores a serem repassados, adicionalmente, o montante em aberto foi recebido no início de 2023.

6 Estoques

2022	2021
-------------	-------------

Medicamentos	1.242.205	2.348.492
Materiais médico hospitalar	926.506	879.035
Estoque gerais	943.739	762.822
Material de engenharia clínica	204.487	203.911
	3.316.937	4.194.260

A Entidade avaliou seus estoques existentes em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e concluiu não ser necessário a constituição de provisão para obsolescência dos estoques e/ou estoques de baixo giro.

7 Imobilizado

<u>Custo</u>	Móveis e máquinas	Equipamentos processamento de dados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.290	2.450	9.740
Aquisição patrimonial (CEP) (a)	10.567	1.998	12.565
Saldo em 31 de dezembro de 2020	17.857	4.448	22.305
Aquisição patrimonial (CEP) (b)	2.265	-	2.265
Saldo em 31 de dezembro de 2021	20.122	4.448	24.570
Aquisição patrimonial (CEP) (a) (b)	29.570	26.199	55.769
Saldo em 31 de dezembro de 2022	49.692	30.647	80.339
<u>Depreciação</u>			
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(608)	(163)	(771)
Depreciação e amortização no período	(3.307)	(723)	(4.030)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(3.915)	(886)	(4.801)
Depreciação e amortização no período	(3.850)	(889)	(4.739)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(7.765)	(1.775)	(9.540)
Depreciação e amortização no período	(4.397)	(2.637)	(7.034)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(12.162)	(4.412)	(16.574)
Valor contábil			
Em 31 de dezembro de 2021	12.357	2.673	15.030
Em 31 de dezembro de 2022	37.530	26.235	63.765

- (a) As doações de patrimônio referentes a equipamentos (Bens) foram realizadas por pessoas físicas.
- (b) As aquisições de imobilizado utilizaram os recursos do CEP – Centro de Ensino e Pesquisa. O CEP do Hospital Regional Público do Araguaia tem a missão de gerar e disseminar o conhecimento, qualificar novos profissionais e prover um ambiente que favoreça a atração e a retenção de talentos para o hospital. Seus recursos são provenientes de convênio com instituições de ensino, para concessão de estágios.

8 Imobilizado - Bens públicos em nosso poder

	Equipamentos médico hospitalar	Imobilizado em andamento	total
Custo			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	705.554	-	705.55
Aquisição patrimonial (a)	980.000	-	980.000
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.685.554	-	1.685.554
Aquisição patrimonial (b)	544.650	197.500	742.150
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.230.204	197.500	2.427.704
Depreciação			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(17.636)	-	(17.636)
Depreciação e amortização no período	(111.389)	-	(111.389)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(129.028)	-	(129.028)
Depreciação e amortização no período	(186.710)	-	(186.710)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(315.738)	-	(315.738)
Valor contábil			
Em 31 de dezembro de 2021	1.556.526	-	1.556.526
Em 31 de dezembro de 2022	1.914.466	197.000	2.111.966

- (a) Em 22 de julho de 2021, foi adquirido um Aparelho Tomógrafo, com recursos do 8º Termo Aditivo, esse bem foi contabilizado no ativo não circulante em Imobilizado – Bens públicos em nosso poder em contrapartida no passivo não circulante em Bens em nosso poder.
- (b) Em 02 de agosto de 2022, foi adquirido um Sistema de Vídeo Endoscopia, com recursos do 13º Termo Aditivo, esse bem foi contabilizado no ativo não circulante em Imobilizado – Bens públicos em nosso poder em contrapartida no passivo não circulante em Bens em nosso poder. Em outubro e novembro, foi dado início a execução e elaboração dos projetos para reforma e ampliação da estrutura do HRP, com recursos do 15º Termo Aditivo, os estudos e anteprojetos foram contabilizados no ativo não circulante em Imobilizado – Bens públicos em nosso poder em contrapartida no passivo não circulante em Bens em nosso poder

Os valores de depreciação pela utilização desses bens são reconhecidos como despesa no resultado do exercício, bem como em respectivo valor reconhecido como receita de depreciação em contrapartida a conta de bens públicos em nosso poder.

Os valores desses ativos estão demonstrados ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado do Contrato de Gestão, registrados no ativo não circulante.

9 Fornecedores

	2022	2021
Materiais e medicamentos	886.543	789.198
Serviços terceirizados contratados	2.142.039	1.902.337
	<u>3.028.582</u>	<u>2.691.535</u>

10 Obrigações trabalhistas

	2022	2021
--	------	------

Salários e ordenados a pagar	2.532.843	2.461.289
Provisão para 13º salário, férias e encargos sociais (a)	8.470.088	6.204.366
	11.002.931	8.665.655

- (a) As provisões trabalhistas estão compostas por provisões para férias e encargos, multa rescisória, FGTS e dissídio coletivo que será pago de acordo com a convenção coletiva de cada categoria

11 Obrigações com terceiros

	2022	2021
Empréstimos SESP	164.989	279.251
Transição Gestão HRP (a)	6.244.394	6.244.394
	6.409.383	6.523.645

- (a) Em 06 de dezembro de 2018, visto a proximidade entre a homologação do resultado da OSS (Organização Social de Saúde) vencedora, transição de Governo do Estado, e manutenção da prestação de Serviço Público do hospital objeto do contrato de gestão, foi emitido o ofício N° 135/2018-GTCAGHMR/SESPA que estabeleceu período de até 60 dias para transição. A partir deste ofício foi celebrado um Termo de Parceria com a antiga OSS administradora, para o referido período de transição, com prazo final em 06 de fevereiro de 2019.

Durante o período visto ausência de tempo hábil para que a ASELC assumisse integralmente a operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do HRP sem a interrupção dos serviços essenciais de saúde, de acordo com o ofício N° 135/2018-GTCAGHMR/SESPA, o IDESMA (antiga OSS) ficou responsável pelo processo de compra de materiais e medicamentos, custos médicos e pagamentos de salários inerentes as operações do HRP, visando o não desabastecimento e a continuidade dos serviços, até o prazo final do Termo de parceria, os custos citados anteriormente foram pagos pelo IDESMA os quais deverão ser ressarcidos pela ASELC, que protocolou ofício junto a SESP solicitando a transferência de recursos recebidos como verba de custeio no Contrato de Gestão n° 005/SESPA/2018, para quitação das obrigações, e aguarda a definição do Poder Concedente. Não houve nenhum fato novo e/ou alteração quanto ao protocolo de solicitação por parte do Poder Concedente.

Não houve nenhum fato novo e/ou alteração quanto ao protocolo de solicitação por parte do Poder Concedentes durante o ano de 2022.

12 Contingências

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências.

A Entidade não possuía nenhuma contingência com risco de perda provável nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Riscos avaliados como perdas possíveis

A Entidade não possuía nenhuma contingência com risco de perda possível nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

13 Patrimônio líquido

a. Patrimônio social

O patrimônio social da Entidade é empregado integralmente nos seus objetivos sociais e formado pelos superávits e déficits dos exercícios sociais.

- b.** Em 31 dezembro de 2022, o patrimônio social da Entidade permaneceu em R\$ 1.281.440.

14 Receitas operacionais líquidas

	2022	2021
Receita Contrato de gestão - Estadual (a)	75.370.148	85.847.428
Receitas de doação de materiais médicos	187.268	896.586
Receita de depreciação bens públicos em nosso poder (b)	186.710	111.389
	75.744.126	86.855.403

- (a) A entidade firmou com o Governo do Estado do Pará, contrato de Gestão nº 005/SESPA/2018 – Processo nº 2018/551030, com vigência de 60 meses, com data inicial de 07 de dezembro de 2018 e término em 06 de dezembro de 2023, para operacionalização das atividades e serviços do Hospital Regional Público do Araguaia – HRP.

A remuneração do contrato de gestão e operacionalização é definida de acordo com suas características de atendimento, com um orçamento de custeio pré-fixado, com base na estrutura física e na produção de serviços definidas como metas contratuais quantitativas e qualitativas. Não há redução ou glosa do repasse da verba do contrato de gestão.

A Entidade firmou no decorrer do ano de 2022 os seguintes Termos Aditivos 14º TA – R\$ 2.619.996 e o 16º TA – R\$ 2.489.994 para o Hospital Regional Público do Araguaia.

- (b) A Entidade, em atendimento a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12 (ITG 2002 (R1)), em cumprimento ao Contrato de Gestão, reconhece a depreciação dos ativos, que serão devolvidos à Secretaria quando do término do Contrato de Gestão, na demonstração de resultado do exercício, nas despesas operacionais, em contrapartida as receitas operacionais do Contrato de Gestão.

15 Custos operacionais

15.1 Pessoal e encargos

	2022	2021
Salários e ordenados	(21.368.891)	(19.548.860)
Férias, 13º salário e rescisão trabalhistas	(9.292.446)	(8.621.205)
Encargos sociais	(5.289.851)	(7.512.074)
Benefícios	(22.905)	-
	(35.974.093)	(35.682.139)

15.2 Serviços profissionais

	2022	2021
Honorários médicos (a)	(19.635.463)	(20.176.235)
Serviços técnicos contratados (b)	(2.676.210)	(1.738.787)
	22.311.673	(21.915.022)

- (a) Valores relativos aos atendimentos por médicos contratados, apurados pelo custo dos serviços prestados nos atendimentos aos pacientes não pagantes (internações e ambulatório), custos de operação do atendimento SUS e custos indiretos associados aos projetos de atendimento.

- (b) Os montantes são relacionados aos prestadores de serviços terceirizados, para o desempenho de atividades ligadas ao atendimento médico, tais como: serviços de análise e diagnóstico, locação temporária de equipamentos, e demais serviços.

15.3 Materiais e medicamentos

	2022	2021
Drogas e medicamentos (a)	(4.725.013)	(5.378.469)
Materiais uso do paciente (a)	(3.143.200)	(4.647.275)
Custos gerais de materiais hospitalares	(1.711.268)	(1.866.550)
Gêneros alimentícios	(1.039.870)	(909.983)
OPME - Órtese, prótese e materiais especiais	(1.113.782)	(797.179)
Materiais de limpeza e descartáveis	<u>(715.800)</u>	<u>(763.961)</u>
	<u>(12.448.933)</u>	<u>(14.363.417)</u>

- (a) No ano de 2022 os preços de materiais e medicamentos tiveram realinhamento por conta do fim da pandemia COVID 19, além de alguns medicamentos e materiais específicos para o tratamento COVID deixaram de ser usados, o conjunto desses fatores contribuiu para a redução dos custos com materiais e medicamentos.

16 Gerais e administrativas

	2022	2021
Despesa administrativas (a)	(3.132.772)	(4.208.049)
Despesa manutenção	(2.530.294)	(2.204.375)
Serviços terceirizados	(1.107.772)	(1.078.446)
Despesas fixas – energia e telefone	(1.477.881)	(1.419.278)
Despesas com informática	(1.003.695)	(970.221)
Locação de veículos	178.993)	(155.894)
Despesas com viagens e hospedagens	(271.749)	(83.190)
Locação de bens imóveis	(43.281)	(70.114)
Outras despesas	<u>(64.395)</u>	<u>(46.331)</u>
	<u>(9.810.832)</u>	<u>(10.235.898)</u>

- (a) Junto as despesas administrativas encontram-se registrado valores referentes ao rateio de despesas administrativas da matriz previstas no contrato de gestão, cláusula quinta, inerente a interdependência que permite a utilização de até 5% da receita total. Para este exercício foi reconhecido o montante de R\$2.917.681 (R\$ 3.893.712 em 2021).

17 Outras receitas operacionais

	2022	2021
Receita de espaço - locação lanchonete	13.334	6.870
Convênio de estágios	127.122	44.696
	<u>140.456</u>	<u>51.566</u>

18 Tributos e contribuições (renúncia fiscal)

Na condição de Entidade sem fins lucrativos, aplicam-se a Entidade determinados benefícios

fiscais estabelecidos em legislação ordinária.

O art. 15 da Lei nº 9.532/97 prevê isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) às associações civis, sem fins lucrativos, observados os seguintes requisitos:

- (a) Não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;
- (b) Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
- (c) Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- (d) Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- (e) Apresentar, anualmente, Declaração de Rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal; e
- (f) Não apresentar superávit em suas contas ou, caso o presente em determinado exercício, destinar referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

A isenção não abrange os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável.

19 Resultado financeiro, líquido

	2022	2021
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.853.530	464.427
Descontos e bonificações recebidas	<u>2.601</u>	<u>20.396</u>
	1.856.131	484.823
Juros e multas	(9)	(1.049)
Tarifas bancárias	<u>(29.718)</u>	<u>(32.257)</u>
	(29.727)	(33.306)
Resultado financeiro, líquido	<u>1.826.404</u>	<u>451.517</u>

20 Instrumentos financeiros

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa, e contas a receber, assim como contas a pagar, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Durante os exercícios de 2022 e 2021 não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os mercados para os investimentos financeiros da Entidade.

Instrumentos financeiros “não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os instrumentos financeiros da Entidade foram classificados conforme as seguintes categorias:

Descrição	Classificação	2022		2021	
		Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo	18.483.483	18.483.483	18.227.483	18.227.483
Contas a receber - Contrato de gestão	Ativos financeiros não mensurados ao valor justo	1.460.323	1.460.323	1.593.643	1.593.643
Fornecedores	Passivos financeiros não mensurados ao valor justo	3.028.582	3.028.582	2.691.535	2.691.535
Outras contas a pagar	Passivos financeiros não mensurados ao valor justo	108.355	108.355	124.149	124.149

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2022, a Entidade está sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em aplicações financeiras de liquidez, com bancos públicos em títulos de baixo risco como CDB.

21 Avais, fianças e garantias

A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2022 e 2021.

22 Partes relacionadas

A Entidade não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplicam integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros de administração e diretores executivos. A remuneração total em 2022 foi de R\$ 734.647 (R\$ 750.123 em 2021).

23 Eventos subsequentes

Aditivos contratuais do contrato de gestão

Assinatura dos seguintes Termos Aditivos (T.A.) para o Hospital Regional Público do Araguaia – HRP:

Assinatura do 17º Termo Aditivo, cujo objetivo é ampliação do serviço de hemodiálise possibilitando a oferta de 286 sessões mensais, no valor mensal de R\$ 100.900.

Supremo Tribunal Federal (“STF”) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

O Supremo Tribunal Federal (“STF”) finalizou o julgamento, em 08 de fevereiro de 2023, dos recursos extraordinários RE no 955227 (Tema 885) e RE no 949297 (Tema 881), e consolidou o entendimento no sentido de que uma decisão definitiva (coisa julgada) obtida por determinado contribuinte sobre tributos recolhidos de forma continuada perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário posteriormente. Ainda, o STF não acolheu o pedido de modulação de efeitos da decisão, de forma que as autoridades fiscais podem cobrar os tributos que deixaram de ser recolhidos com base em tais decisões. A Entidade revisou os temas tributários para os quais tem decisão definitiva (coisa julgada) nos últimos 5 (cinco) anos e não identificou nenhum impacto do julgamento do STF ao tratamento atualmente conferido aos seus recolhimentos tributários.

* * *

Clebson Carlos Gomes Vasconcelos
Presidente

Carmen Lúcia Parente Anaisse
Contadora
CRC PA 008315-O/5

**Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura
- ASELC
Hospital Regional Público do Araguaia - HRPA**

**Demonstrações contábeis “Carve-out”
Em 31 de dezembro de 2022**

**Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura - ASELC
Hospital Regional Público do Araguaia - HRPA**

**Demonstrações contábeis “Carve-out”
Em 31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura
HOSPITAL REGIONAL PÚBLICO DO ARAGUAIA
Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	18.483.483	18.227.483	Fornecedores	9	3.028.582	2.691.535
Contas a receber - Contrato de gestão	5	1.460.323	1.593.643	Obrigações trabalhistas	10	11.002.931	8.665.655
Estoques	6	3.316.937	4.194.260	Obrigações tributárias		110.025	101.058
Outras contas a receber		<u>475.468</u>	<u>309.591</u>	Outras contas a pagar	11	<u>108.355</u>	<u>124.149</u>
Total ativo circulante		23.736.211	24.324.977	Total do passivo circulante		14.249.893	11.582.397
Realizável a longo prazo				Passivo não circulante			
Outras contas a receber		549	461	Bens públicos em nosso poder	9	2.111.966	1.556.526
Repasse a receber		<u>-</u>	<u>967.216</u>	Repasse a aplicar	7	200.775	967.216
Total realizável a longo prazo		549	967.677	Obrigações com Terceiros	12	<u>6.409.383</u>	<u>6.523.645</u>
Ativo Não circulante				Total do passivo não circulante		8.722.124	9.047.387
Imobilizado	7	63.765	15.030	Patrimônio líquido	13		
Imobilizado - Bens públicos em nosso poder	8	<u>2.111.966</u>	<u>1.556.526</u>	Patrimônio social		1.281.440	1.281.440
Total ativo não circulante		2.176.280	2.539.233	Superávit/Deficit acumulado		<u>1.659.034</u>	<u>4.952.986</u>
Total do ativo		<u>25.912.491</u>	<u>26.864.210</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		2.940.474	6.234.426
						<u>25.912.491</u>	<u>26.864.210</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras "carve-out"

Clebson Carlos Gomes Vasconcelos
Presidente

Carmen Lúcia Parente Anaisse
Contadora - CRC/PA: 008315-O5

Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura
HOSPITAL REGIONAL PÚBLICO DO ARAGUAIA
Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	Nota	2022	2021
Receitas operacionais líquidas	14		
Receitas contrato de gestão		75.370.147	85.847.428
Receitas de doações de materiais médicos		187.268	896.586
Receita de Subvenção		186.710	111.389
		<u>75.744.126</u>	<u>86.855.403</u>
Custos operacionais			
Pessoal e encargos	15.1	(35.974.093)	(35.682.139)
Serviços profissionais	15.2	(22.311.673)	(21.915.022)
Materiais e medicamentos	15.3	(12.448.933)	(14.363.417)
Depreciação bens públicos em nosso poder		(186.710)	(111.389)
Depreciação		(7.034)	(4.739)
Impostos taxas e contribuições		(265.663)	(92.896)
		<u>(71.194.106)</u>	<u>(72.169.602)</u>
Receitas e (Despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	16	(9.810.832)	(10.235.898)
Outras receitas operacionais	17	140.456	51.566
		<u>(9.670.376)</u>	<u>(10.184.332)</u>
Superávit (Déficit) operacional antes do resultado financeiro		(5.120.357)	4.501.469
Resultado financeiro, líquido			
Receitas financeiras	19	1.856.131	484.823
Despesas financeiras	19	(29.727)	(33.306)
		<u>1.826.404</u>	<u>451.517</u>
(Déficit) superávit do exercício		<u>(3.293.953)</u>	<u>4.952.986</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Clebson Carlos Gomes Vasconcelos
 Presidente

Carmen Lúcia Parente Anaisse
 Contadora - CRC/PA: 008315-O5

Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura
HOSPITAL REGIONAL PÚBLICO DO ARAGUAIA
Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	2022	2021
(Déficit) Superávit do período	(3.293.953)	4.952.986
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do período	<u><u>(3.293.953)</u></u>	<u><u>4.952.986</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Clebson Carlos Gomes Vasconcelos
Presidente

Carmen Lúcia Parente Anaisse
Contadora - CRC/PA: 008315-O5

Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura - ASELC
HOSPITAL REGIONAL PÚBLICO DO ARAGUAIA
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	Nota	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2021		5.058.204	(3.776.764)	1.281.440
Absorção do déficit do exercício anterior		(3.776.764)	3.776.764	-
Superávit do exercício			4.952.986	4.952.986
Saldo em 1º de janeiro de 2022		1.281.440	4.952.986	6.234.426
(Déficit) do exercício		-	(3.293.953)	(3.293.953)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	13. (b)	1.281.440	1.659.033	2.940.473

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Clebson Carlos Gomes Vasconcelos
 Presidente

Carmen Lúcia Parente Anaisse
 Contadora - CRC/PA: 008315-05

**Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura
HOSPITAL REGIONAL PÚBLICO DO ARAGUAIA
Demonstrações dos fluxos de caixa**

Exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em Reais)

	Nota	2.022	2.021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(Déficit) superávit do exercício		(3.293.953)	4.952.986
Ajustado por :			
Depreciação imobilizado	8	7.034	4.739
Receita de doações de materiais médicos		(187.268)	(896.586)
Receita de doações de ativos imobilizado	14	-	-
(Aumento)/redução nos ativos em:			
Contas a receber - Contrato de gestão	5	133.320	2.159.112
Estoques	6	1.064.591	697.389
Outras contas a receber		(165.964)	(98.142)
Aumento/(redução) nos passivos em:			
Fornecedores	7	337.047	(154.982)
Obrigações trabalhistas	9	2.337.277	2.254.643
Obrigações tributárias		8.967	(4.806)
Outras contas a pagar	10	(15.794)	748
Obrigações com terceiros	10	(114.262)	279.251
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		110.994	9.194.352
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado - Bens públicos em nosso poder	8	(742.150)	(980.000)
Ativo imobilizado	7	(55.769)	(2.265)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(797.919)	(982.265)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Recebimento de numerário para aquisição de imobilizado/intengível	9	942.925	980.000
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		942.925	980.000
Aumento líquida em caixa e equivalentes de caixa		256.000	9.192.087
Demonstração da (redução) aumento líquido do caixa equivalente de caixa			
No início do exercício	4	18.227.483	9.035.396
No fim do exercício	4	18.483.483	18.227.483
Aumento líquida em caixa e equivalentes de caixa		256.000	9.192.087
Transações que não envolveram caixa e equivalentes de caixa:			
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Depreciação imobilizado - Bens públicos em nosso poder	8	186.710	111.389

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras "carve-out".

Clebson Carlos Gomes Vasconcelos
Presidente

Carmen Lúcia Parente Anaisse
Contadora - CRC/PA: 008315-O5

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

1 Contexto operacional

A Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura (“Entidade” ou “ASELC”), é uma pessoa jurídica de direito privado constituída sob a forma de associação de caráter Social e Assistencial, com sede na cidade de Belém, Estado do Pará, cadastrada no CNPJ sob o N° 09.055.340/0001-94, constituída em 2006 e qualificada como Organização Social de Saúde (OSS) em 11 de junho de 2018 por meio do Decreto do Governo do Estado do Pará n° 2.104.

Em 04 de dezembro de 2018 a ASELC foi homologada vencedora do Processo de Seleção para Operacionalização do Hospital Regional Público do Araguaia em Redenção (“HRPA”) por meio do Contrato de Gestão n° 005/SESPA/2018 – Processo n° 2018/551030, com vigência de 60 meses, por meio do termo inicial na data de 07 de dezembro de 2018 e término em 06 de dezembro de 2023.

O Governo do Estado do Pará, através de sua Secretaria de Estado de Saúde-SESPA, instituiu a comissão de acompanhamento e fiscalização que acompanha a execução do contrato e a verificação periódica do desenvolvimento das atividades e resultados obtidos com a aplicação dos recursos sob gestão da ASELC no HRP. A prestação de contas é apresentada de forma mensal à SESPA e leva em consideração: (i) relação dos valores financeiros repassados; (ii) relatório consolidado da produção contratada *versus* produção realizada; e (iii) relatório consolidado do alcance das metas de qualidade (indicadores).

a. COVID 19

Em 2022 os atendimentos a COVID 19 foram pactuados pelo 14° T.A. assinado em 26 de janeiro de 2022 e teve duração de 60 dias.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

Estas demonstrações contábeis “carve-out” foram elaboradas para apresentar a posição financeira histórica dos balanços patrimoniais “carve-out” em 31 de dezembro de 2022 e das demonstrações do resultado “carve-out”, do resultado abrangente “carve-out”, das mutações do patrimônio líquido “carve-out” e dos fluxos de caixa “carve-out” para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 do Hospital Regional Público do Araguaia - HRP.

As demonstrações contábeis “carve-out” da filial do Hospital Regional Público do Araguaia - HRP são derivadas dos registros contábeis e das demonstrações contábeis individuais da Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura – ASELC que foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1) contabilidade para pequenas e médias empresas), e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) – Entidade Sem Finalidade de Lucros.

As demonstrações contábeis “carve-out” que estão sendo apresentadas contemplam apenas os direitos, obrigações e o resultado das operações da filial do Hospital Regional Público do Araguaia – HRP gerida pela Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura – ASELC. Dessa forma, não representa a situação financeira e patrimonial da ASELC como um todo (operações e resultados da matriz, decorrentes das atividades hospitalares e das filiais decorrentes da operacionalização da gestão e execução das atividades e dos serviços de saúde dessas OSS - Organizações Sociais de Saúde).

Ressaltamos que no modelo de contratos de gestão de uma OSS - Organização Social de Saúde, quando existe o término do contrato e não há interesse entre as partes em mantê-lo, o ente público abre processo licitatório para contratação de uma nova entidade privada que passará a gerir o contrato. Portanto, os bens, direitos e deveres da OSS são transferidos de uma entidade privada para outra a partir desse momento. O contrato de gestão em questão segue o mesmo pressuposto e, caso Hospital Regional Público do Araguaia – HRP manifeste interesse em não renová-lo, o mesmo será devolvido ao ente público que buscará outra entidade privada para assumi-lo.

A emissão das demonstrações contábeis “carve out” foi autorizada pela Diretoria Administrativa em 15 de março de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis “carve-out”, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras “carve-out” estão apresentadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado, quando aplicáveis, apresentadas com base no custo histórico.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras “carve-out” estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão apresentadas em real, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de julgamentos e estimativas e premissas

A preparação das demonstrações financeiras “carve-out” de acordo com as normas brasileiras de contabilidade exige que a administração faça julgamentos e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras “carve-out”. A

Entidade não possui nenhuma transação contábil na qual foram aplicadas julgamento quanto a sua contabilização para os exercícios findos de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Estimativas e premissas

As estimativas e premissas são revistas periodicamente, utilizando as melhores prospecções até a data de encerramento das demonstrações financeiras. A entidade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não possui nenhuma transação contábil na qual foram aplicadas estimativas e premissas quanto a sua contabilização.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1 Caixa e equivalentes a caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.2 Contas a receber - Contrato de Gestão

As contas a receber sobre a parcela mensal definida conforme Contrato de Gestão Estadual, são registradas de acordo com seu período de competência.

3.3 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques estão relacionados, principalmente, a medicamentos para serem utilizados junto aos pacientes atendidos. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os estoques recebidos em doação, ou seja, sem contraprestações, são mensurados pelo seu valor justo, mensuração efetuada pela administração baseada no último preço de aquisição dos itens recebidos como doação. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

A Entidade avalia periodicamente a composição e giro dos seus estoques a fim de identificar quebras dos processos produtivos, divergências de estoques e existência de itens obsoletos e de baixo giro. Os fatores de risco são gerenciados à medida das realizações dos inventários realizados ao longo do exercício, e em relação à obsolescência, a partir da avaliação quanto ao giro de estoques e data de vencimento, caso seja identificado algum fator de risco a provisão de itens obsoletos é reconhecida em contrapartida ao resultado do exercício.

3.4 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os itens adquiridos com verba própria da Entidade e/ou recebidos como doação de terceiros, os quais são utilizados nas atividades operacionais do hospital, poderão, de acordo com a aprovação da administração, ser doados e incorporar o patrimônio do Hospital e por

consequência o da Secretária Estadual de Saúde do Pará – SESPA.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Equipamentos de processamento de dados	5 anos
Móveis e máquinas	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.5 Imobilizado – Bens públicos em nosso poder

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

A Organização Social de Saúde (OSS) deve usufruir apenas do direito de uso dos bens. A escrituração contábil de custos e depreciação está a cargo da Secretaria do Estado de Saúde do Pará (SESPA).

Os itens do ativo imobilizado da Entidade são bens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela Entidade, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da concessão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou de outros fatores específicos. No passivo, a contrapartida dos bens foi registrada na rubrica de “bens públicos em nosso poder”, de acordo termo de permissão de uso emitido pela Secretária do Estado de Saúde do Pará (SESPA).

Os equipamentos, instrumentos e quaisquer bens permanentes, que porventura venham a ser adquiridos com recursos oriundos do contrato de gestão, serão incorporados ao patrimônio do Estado do Pará, devendo a Entidade entregar a Secretaria de Saúde do Estado do Pará SESPA, documentação necessária ao processo de regularização da incorporação dos referidos bens.

Os bens são depreciados pelo método linear, utilizando taxas anuais, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido, exceto por terrenos que não são depreciados.

Categoria dos ativos	Taxa de vida útil depreciação anual
Computadores e periódicos	20%
Máquinas e equipamentos	20%
Equipamentos médico hospitalar	10%

3.6 Instrumentos financeiros

A Entidade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio do resultado e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Entidade não possuía ativos financeiros classificados na categoria de mensurados ao valor justo por meio do resultado e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Entidade classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. Durante os exercícios de 2022 e 2021, a Entidade não contratou operações com instrumentos financeiros derivativos.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Entidade são: caixa e equivalentes de caixa, e contas a receber. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Entidade são: fornecedores e outras contas a pagar.

Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2022 e 2021.

3.7 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

3.8 Benefícios a empregados

A Entidade não mantém planos de pensão, previdência privada ou outro plano de aposentadoria para os empregados e dirigentes, e não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações.

3.9 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Entidade espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.10 Patrimônio líquido

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade.

3.11 Reconhecimento da receita

(i) *Contratos de Gestão*

O reconhecimento das receitas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que (i) os riscos e benefícios mais significativos referente ao cumprimento das atividades definidas no contrato de gestão são devidamente executas, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Entidade, (iii) os custos associados podem ser estimada de maneira confiável, e (iv) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita de prestações de serviços é reconhecida de acordo com a competência no qual o serviço é prestado e pelo valor determinado por meio do Contrato de Gestão firmado com a Secretaria de Estado de Saúde do Pará (SESPA).

(ii) *Receitas de depreciação de “Bens públicos em nosso poder”*

Em atendimento a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12 (ITG 2002 (R1)), NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais, bem como o cumprimento ao Contrato de Gestão, a Entidade reconhece a depreciação dos ativos, que serão devolvidos à Secretaria quando do término do Contrato de Gestão, na demonstração de resultado do exercício, nas despesas operacionais, em contrapartida as receitas operacionais do Contrato de Gestão.

3.12 Resultado financeiro, líquido

As receitas financeiras compreendem: (i) receitas financeiras abrange receitas de juros e aplicações financeiras, descontos e bonificações recebidas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos; (ii) despesas financeiras abrangem despesas com juros, multas e despesas bancárias.

3.13 Apuração do resultado

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência do período. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

3.14 Gerenciamento de risco financeiro

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de liquidez
Risco de mercado

A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados,

os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na nota explicativa nº 20.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa – fundo fixo	708	3.656
Bancos conta movimento	91.504	607.888
Aplicações financeiras	18.391.271	17.615.939
	<u>18.483.483</u>	<u>18.227.483</u>

A Entidade mantém os recursos disponíveis aplicados em títulos de renda fixa Certificado de Depósito Bancário (CDB), enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social. O rendimento médio para o exercício de 2022 foi de 95% do CDI a.a. (2020 de 105% do CDI% a.a.).

5 Contas a receber - Contrato de gestão

	2022	2021
Contas a receber - custeio	1.460.323	1.593.643

Refere-se ao repasse dos recursos vinculados ao contrato de gestão firmado com a Secretaria de Estado do Pará - SESP para a operacionalização nas atividades e serviços do Hospital Regional Público do Araguaia - HRP. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

Aging list das contas a receber

	2022	2021
Vencidos	1.460.323	1.593.643
Até 30 dias (a)		

- (a) A administração não constituiu provisão para perda de crédito esperada, pois o montante em aberto foi proveniente de contrato firmado com o Estado, de modo que não se tem perspectiva de perdas nos valores a serem repassados, adicionalmente, o montante em aberto foi recebido no início de 2023.

6 Estoques

2022	2021
-------------	-------------

Medicamentos	1.242.205	2.348.492
Materiais médico hospitalar	926.506	879.035
Estoque gerais	943.739	762.822
Material de engenharia clínica	204.487	203.911
	3.316.937	4.194.260

A Entidade avaliou seus estoques existentes em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e concluiu não ser necessário a constituição de provisão para obsolescência dos estoques e/ou estoques de baixo giro.

7 Imobilizado

	Móveis e máquinas	Equipamentos processamento de dados	Total
<u>Custo</u>			
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.290	2.450	9.740
Aquisição patrimonial (CEP) (a)	10.567	1.998	12.565
Saldo em 31 de dezembro de 2020	17.857	4.448	22.305
Aquisição patrimonial (CEP) (b)	2.265	-	2.265
Saldo em 31 de dezembro de 2021	20.122	4.448	24.570
Aquisição patrimonial (CEP) (a) (b)	29.570	26.199	55.769
Saldo em 31 de dezembro de 2022	49.692	30.647	80.339
<u>Depreciação</u>			
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(608)	(163)	(771)
Depreciação e amortização no período	(3.307)	(723)	(4.030)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(3.915)	(886)	(4.801)
Depreciação e amortização no período	(3.850)	(889)	(4.739)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(7.765)	(1.775)	(9.540)
Depreciação e amortização no período	(4.397)	(2.637)	(7.034)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(12.162)	(4.412)	(16.574)
Valor contábil			
Em 31 de dezembro de 2021	12.357	2.673	15.030
Em 31 de dezembro de 2022	37.530	26.235	63.765

- (a) As doações de patrimônio referentes a equipamentos (Bens) foram realizadas por pessoas físicas.
- (b) As aquisições de imobilizado utilizaram os recursos do CEP – Centro de Ensino e Pesquisa. O CEP do Hospital Regional Público do Araguaia tem a missão de gerar e disseminar o conhecimento, qualificar novos profissionais e prover um ambiente que favoreça a atração e a retenção de talentos para o hospital. Seus recursos são provenientes de convênio com instituições de ensino, para concessão de estágios.

8 Imobilizado - Bens públicos em nosso poder

	Equipamentos médico hospitalar	Imobilizado em andamento	total
Custo			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	705.554	-	705.55
Aquisição patrimonial (a)	980.000	-	980.000
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.685.554	-	1.685.554
Aquisição patrimonial (b)	544.650	197.500	742.150
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.230.204	197.500	2.427.704
Depreciação			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(17.636)	-	(17.636)
Depreciação e amortização no período	(111.389)	-	(111.389)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(129.028)	-	(129.028)
Depreciação e amortização no período	(186.710)	-	(186.710)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(315.738)	-	(315.738)
Valor contábil			
Em 31 de dezembro de 2021	1.556.526	-	1.556.526
Em 31 de dezembro de 2022	1.914.466	197.000	2.111.966

- (a) Em 22 de julho de 2021, foi adquirido um Aparelho Tomógrafo, com recursos do 8º Termo Aditivo, esse bem foi contabilizado no ativo não circulante em Imobilizado – Bens públicos em nosso poder em contrapartida no passivo não circulante em Bens em nosso poder.
- (b) Em 02 de agosto de 2022, foi adquirido um Sistema de Vídeo Endoscopia, com recursos do 13º Termo Aditivo, esse bem foi contabilizado no ativo não circulante em Imobilizado – Bens públicos em nosso poder em contrapartida no passivo não circulante em Bens em nosso poder. Em outubro e novembro, foi dado início a execução e elaboração dos projetos para reforma e ampliação da estrutura do HRP, com recursos do 15º Termo Aditivo, os estudos e anteprojetos foram contabilizados no ativo não circulante em Imobilizado – Bens públicos em nosso poder em contrapartida no passivo não circulante em Bens em nosso poder

Os valores de depreciação pela utilização desses bens são reconhecidos como despesa no resultado do exercício, bem como em respectivo valor reconhecido como receita de depreciação em contrapartida a conta de bens públicos em nosso poder.

Os valores desses ativos estão demonstrados ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado do Contrato de Gestão, registrados no ativo não circulante.

9 Fornecedores

	2022	2021
Materiais e medicamentos	886.543	789.198
Serviços terceirizados contratados	2.142.039	1.902.337
	<u>3.028.582</u>	<u>2.691.535</u>

10 Obrigações trabalhistas

	2022	2021
--	-------------	-------------

Salários e ordenados a pagar	2.532.843	2.461.289
Provisão para 13º salário, férias e encargos sociais (a)	<u>8.470.088</u>	<u>6.204.366</u>
	<u>11.002.931</u>	<u>8.665.655</u>

- (a) As provisões trabalhistas estão compostas por provisões para férias e encargos, multa rescisória, FGTS e dissídio coletivo que será pago de acordo com a convenção coletiva de cada categoria

11 Obrigações com terceiros

	2022	2021
Empréstimos SESP	164.989	279.251
Transição Gestão HRP (a)	<u>6.244.394</u>	<u>6.244.394</u>
	<u>6.409.383</u>	<u>6.523.645</u>

- (a) Em 06 de dezembro de 2018, visto a proximidade entre a homologação do resultado da OSS (Organização Social de Saúde) vencedora, transição de Governo do Estado, e manutenção da prestação de Serviço Público do hospital objeto do contrato de gestão, foi emitido o ofício N° 135/2018-GTCAGHMR/SESPA que estabeleceu período de até 60 dias para transição. A partir deste ofício foi celebrado um Termo de Parceria com a antiga OSS administradora, para o referido período de transição, com prazo final em 06 de fevereiro de 2019.

Durante o período visto ausência de tempo hábil para que a ASELC assumisse integralmente a operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do HRP sem a interrupção dos serviços essenciais de saúde, de acordo com o ofício N° 135/2018-GTCAGHMR/SESPA, o IDESMA (antiga OSS) ficou responsável pelo processo de compra de materiais e medicamentos, custos médicos e pagamentos de salários inerentes as operações do HRP, visando o não desabastecimento e a continuidade dos serviços, até o prazo final do Termo de parceria, os custos citados anteriormente foram pagos pelo IDESMA os quais deverão ser ressarcidos pela ASELC, que protocolou ofício junto a SESP solicitando a transferência de recursos recebidos como verba de custeio no Contrato de Gestão n° 005/SESPA/2018, para quitação das obrigações, e aguarda a definição do Poder Concedente. Não houve nenhum fato novo e/ou alteração quanto ao protocolo de solicitação por parte do Poder Concedente.

Não houve nenhum fato novo e/ou alteração quanto ao protocolo de solicitação por parte do Poder Concedentes durante o ano de 2022.

12 Contingências

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências.

A Entidade não possuía nenhuma contingência com risco de perda provável nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Riscos avaliados como perdas possíveis

A Entidade não possuía nenhuma contingência com risco de perda possível nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

13 Patrimônio líquido

a. Patrimônio social

O patrimônio social da Entidade é empregado integralmente nos seus objetivos sociais e formado pelos superávits e déficits dos exercícios sociais.

- b.** Em 31 dezembro de 2022, o patrimônio social da Entidade permaneceu em R\$ 1.281.440.

14 Receitas operacionais líquidas

	2022	2021
Receita Contrato de gestão - Estadual (a)	75.370.148	85.847.428
Receitas de doação de materiais médicos	187.268	896.586
Receita de depreciação bens públicos em nosso poder (b)	186.710	111.389
	75.744.126	86.855.403

- (a) A entidade firmou com o Governo do Estado do Pará, contrato de Gestão nº 005/SESPA/2018 – Processo nº 2018/551030, com vigência de 60 meses, com data inicial de 07 de dezembro de 2018 e término em 06 de dezembro de 2023, para operacionalização das atividades e serviços do Hospital Regional Público do Araguaia – HRP.

A remuneração do contrato de gestão e operacionalização é definida de acordo com suas características de atendimento, com um orçamento de custeio pré-fixado, com base na estrutura física e na produção de serviços definidas como metas contratuais quantitativas e qualitativas. Não há redução ou glosa do repasse da verba do contrato de gestão.

A Entidade firmou no decorrer do ano de 2022 os seguintes Termos Aditivos 14º TA – R\$ 2.619.996 e o 16º TA – R\$ 2.489.994 para o Hospital Regional Público do Araguaia.

- (b) A Entidade, em atendimento a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12 (ITG 2002 (R1)), em cumprimento ao Contrato de Gestão, reconhece a depreciação dos ativos, que serão devolvidos à Secretaria quando do término do Contrato de Gestão, na demonstração de resultado do exercício, nas despesas operacionais, em contrapartida as receitas operacionais do Contrato de Gestão.

15 Custos operacionais

15.1 Pessoal e encargos

	2022	2021
Salários e ordenados	(21.368.891)	(19.548.860)
Férias, 13º salário e rescisão trabalhistas	(9.292.446)	(8.621.205)
Encargos sociais	(5.289.851)	(7.512.074)
Benefícios	(22.905)	-
	(35.974.093)	(35.682.139)

15.2 Serviços profissionais

	2022	2021
Honorários médicos (a)	(19.635.463)	(20.176.235)
Serviços técnicos contratados (b)	(2.676.210)	(1.738.787)
	22.311.673	(21.915.022)

- (a) Valores relativos aos atendimentos por médicos contratados, apurados pelo custo dos serviços prestados nos atendimentos aos pacientes não pagantes (internações e ambulatório), custos de operação do atendimento SUS e custos indiretos associados aos projetos de atendimento.

- (b) Os montantes são relacionados aos prestadores de serviços terceirizados, para o desempenho de atividades ligadas ao atendimento médico, tais como: serviços de análise e diagnóstico, locação temporária de equipamentos, e demais serviços.

15.3 Materiais e medicamentos

	2022	2021
Drogas e medicamentos (a)	(4.725.013)	(5.378.469)
Materiais uso do paciente (a)	(3.143.200)	(4.647.275)
Custos gerais de materiais hospitalares	(1.711.268)	(1.866.550)
Gêneros alimentícios	(1.039.870)	(909.983)
OPME - Órtese, prótese e materiais especiais	(1.113.782)	(797.179)
Materiais de limpeza e descartáveis	<u>(715.800)</u>	<u>(763.961)</u>
	<u>(12.448.933)</u>	<u>(14.363.417)</u>

- (a) No ano de 2022 os preços de materiais e medicamentos tiveram realinhamento por conta do fim da pandemia COVID 19, além de alguns medicamentos e materiais específicos para o tratamento COVID deixaram de ser usados, o conjunto desses fatores contribuiu para a redução dos custos com materiais e medicamentos.

16 Gerais e administrativas

	2022	2021
Despesa administrativas (a)	(3.132.772)	(4.208.049)
Despesa manutenção	(2.530.294)	(2.204.375)
Serviços terceirizados	(1.107.772)	(1.078.446)
Despesas fixas – energia e telefone	(1.477.881)	(1.419.278)
Despesas com informática	(1.003.695)	(970.221)
Locação de veículos	178.993	(155.894)
Despesas com viagens e hospedagens	(271.749)	(83.190)
Locação de bens imóveis	(43.281)	(70.114)
Outras despesas	<u>(64.395)</u>	<u>(46.331)</u>
	<u>(9.810.832)</u>	<u>(10.235.898)</u>

- (a) Junto as despesas administrativas encontram-se registrado valores referentes ao rateio de despesas administrativas da matriz previstas no contrato de gestão, cláusula quinta, inerente a interdependência que permite a utilização de até 5% da receita total. Para este exercício foi reconhecido o montante de R\$2.917.681 (R\$ 3.893.712 em 2021).

17 Outras receitas operacionais

	2022	2021
Receita de espaço - locação lanchonete	13.334	6.870
Convênio de estágios	127.122	44.696
	<u>140.456</u>	<u>51.566</u>

18 Tributos e contribuições (renúncia fiscal)

Na condição de Entidade sem fins lucrativos, aplicam-se a Entidade determinados benefícios

fiscais estabelecidos em legislação ordinária.

O art. 15 da Lei nº 9.532/97 prevê isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) às associações civis, sem fins lucrativos, observados os seguintes requisitos:

- (a) Não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;
- (b) Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
- (c) Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- (d) Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- (e) Apresentar, anualmente, Declaração de Rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal; e
- (f) Não apresentar superávit em suas contas ou, caso o presente em determinado exercício, destinar referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

A isenção não abrange os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável.

19 Resultado financeiro, líquido

	2022	2021
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.853.530	464.427
Descontos e bonificações recebidas	<u>2.601</u>	<u>20.396</u>
	1.856.131	484.823
Juros e multas	(9)	(1.049)
Tarifas bancárias	<u>(29.718)</u>	<u>(32.257)</u>
	(29.727)	(33.306)
Resultado financeiro, líquido	<u>1.826.404</u>	<u>451.517</u>

20 Instrumentos financeiros

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa, e contas a receber, assim como contas a pagar, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Durante os exercícios de 2022 e 2021 não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os mercados para os investimentos financeiros da Entidade.

Instrumentos financeiros “não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os instrumentos financeiros da Entidade foram classificados conforme as seguintes categorias:

Descrição	Classificação	2022		2021	
		Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo	18.483.483	18.483.483	18.227.483	18.227.483
Contas a receber - Contrato de gestão	Ativos financeiros não mensurados ao valor justo	1.460.323	1.460.323	1.593.643	1.593.643
Fornecedores	Passivos financeiros não mensurados ao valor justo	3.028.582	3.028.582	2.691.535	2.691.535
Outras contas a pagar	Passivos financeiros não mensurados ao valor justo	108.355	108.355	124.149	124.149

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2022, a Entidade está sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em aplicações financeiras de liquidez, com bancos públicos em títulos de baixo risco como CDB.

21 Avais, fianças e garantias

A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2022 e 2021.

22 Partes relacionadas

A Entidade não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplicam integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros de administração e diretores executivos. A remuneração total em 2022 foi de R\$ 734.647 (R\$ 750.123 em 2021).

23 Eventos subsequentes

Aditivos contratuais do contrato de gestão

Assinatura dos seguintes Termos Aditivos (T.A.) para o Hospital Regional Público do Araguaia – HRP:

Assinatura do 17º Termo Aditivo, cujo objetivo é ampliação do serviço de hemodiálise possibilitando a oferta de 286 sessões mensais, no valor mensal de R\$ 100.900.

Supremo Tribunal Federal (“STF”) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

O Supremo Tribunal Federal (“STF”) finalizou o julgamento, em 08 de fevereiro de 2023, dos recursos extraordinários RE no 955227 (Tema 885) e RE no 949297 (Tema 881), e consolidou o entendimento no sentido de que uma decisão definitiva (coisa julgada) obtida por determinado contribuinte sobre tributos recolhidos de forma continuada perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário posteriormente. Ainda, o STF não acolheu o pedido de modulação de efeitos da decisão, de forma que as autoridades fiscais podem cobrar os tributos que deixaram de ser recolhidos com base em tais decisões. A Entidade revisou os temas tributários para os quais tem decisão definitiva (coisa julgada) nos últimos 5 (cinco) anos e não identificou nenhum impacto do julgamento do STF ao tratamento atualmente conferido aos seus recolhimentos tributários.

* * *

Clebson Carlos Gomes Vasconcelos
Presidente

Carmen Lúcia Parente Anaisse
Contadora
CRC PA 008315-O/5

Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura
HOSPITAL REGIONAL PÚBLICO DO ARAGUAIA
Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	2022	2021
Déficit (Superávit) do período	-3.293.953	4.952.986
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do período	<u>(3.293.953)</u>	<u>4.952.986</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Clebson Carlos Gomes Vasconcelos
Presidente

CARMEN LUCIA
PARENTE
ANAISSE:37957490263

Assinado de forma digital por
CARMEN LUCIA PARENTE
ANAISSE:37957490263
Dados: 2023.03.15 15:09:55 -03'00'

Carmen Lúcia Parente Anaisse
Contadora - CRC/PA: 008315-05

ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE, ESPORTE, LAZER E CULTURA - ASELC
HOSPITAL REGIONAL PÚBLICO DO ARAGUAIA
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

1- RECEITAS	R\$ 75.510.603,00
1.1.) Contrato de Gestão SESP	R\$ 75.370.147,00
1.2) Outras Receitas	R\$ 140.456,00
2- INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	R\$ 44.377.641,00
2.1) Materias de Consumo	R\$ 12.448.933,00
2.2) Serviços Médicos e assistenciais	R\$ 22.311.673,00
2.3) Materias, energia, Serviços de terceiros e outros	R\$ 9.617.035,00
3- VALOR ADICIONADO BRUTO	R\$ 31.132.962,00
4- RETENÇÕES	R\$ -
5- VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE EM TRANSFERÊNCIA	R\$ 31.132.962,00
6.2) Receita Financeira	R\$ 1.856.131,00
7- VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	R\$ 32.989.093,00
8- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	R\$ 32.989.093,00
8.1) Pessoal e Encargos	R\$ 35.974.093,00
8.2) Impostos, Taxas e Contribuições	R\$ 265.663,00
8.3) Juros e Alugueis	R\$ 43.290,00
8.4) Deficit do Exercício	-R\$ 3.293.953,00

Clebson Carlos Gomes Vasconcelos
Presidente

CARMEN LUCIA
PARENTE
ANAISSE:37957490263

Assinado de forma digital por
CARMEN LUCIA PARENTE
ANAISSE:37957490263
Dados: 2023.03.15 15:10:27 -03'00'

Carmen Lúcia Parente Anaisse
Contadora - CRC/PA: 008315-O5

R\$

-

43290,22

ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE, ESPORTE, LAZER E CULTURA - ASELC
HOSPITAL REGIONAL PÚBLICO DO ARAGUAIA
DEMONSTRAÇÃO DE SUPERAVIT/ DEFICIT ACUMULADO

SUPERAVIT ACUMULADO EM 31/12/2021	R\$ 4.952.986,48
RESULTADO APURADO EM 31/12/2022	(R\$ 3.293.952,79)
SUPERÁVIT ACUMULADO EM 31/12/2022	R\$ 1.659.033,69

CARMEN LUCIA
PARENTE
ANAISSE:37957490263

Assinado de forma digital por
CARMEN LUCIA PARENTE
ANAISSE:37957490263
Dados: 2023.03.15 15:09:21
-03'00"

ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE, ESPORTE, LAZER E
CULTURA - ASEL
HOSPITAL REGIONAL PÚBLICO DO ARAGUAIA -
HRPA

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis "*carve-out*"
Em 31 de dezembro de 2022

ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE, ESPORTE, LAZER E CULTURA - ASEL
HOSPITAL REGIONAL PÚBLICO DO ARAGUAIA - HRP

Demonstrações contábeis "*carve-out*"
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis "*carve-out*"

Balancos patrimoniais "*carve-out*"

Demonstrações do resultado "*carve-out*"

Demonstrações do resultado abrangente "*carve-out*"

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido "*carve-out*"

Demonstrações dos fluxos de caixa "*carve-out*"

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis "*carve-out*"

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS "CARVE-OUT"

Aos
Associados e Administração do
Hospital Regional Público do Araguaia - HRP, filial da Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura - ASEL,
Belém - PA

Opinião sobre as demonstrações contábeis "carve-out"

Examinamos as demonstrações contábeis "carve-out" relativas ao Hospital Regional Público do Araguaia - HRP ("Entidade"), filial da Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura - ASEL, que compreendem o balanço patrimonial "carve-out" em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado "carve-out", do resultado abrangente "carve-out", das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa "carve-out" para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas "carve-out".

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis "carve-out" acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira "carve-out" do Hospital Regional Público do Araguaia - HRP, filial da Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura - ASEL, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa "carve-out" para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis "carve-out"

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis "carve-out". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis "carve-out"

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2, que descreve a base de elaboração das demonstrações contábeis "carve-out". As demonstrações contábeis "carve-out" podem não ser um indicativo da posição e performance financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se a filial Hospital Regional Público do Araguaia - HRP juntamente com a matriz Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura - ASEL tivessem operado como uma única entidade independente. As demonstrações contábeis "carve-out" foram elaboradas para serem utilizadas no processo de prestação de contas junto à Secretaria de Saúde do Estado do Pará - SESPA, portanto, podem não servir para outras finalidades. Nossa opinião, adicionalmente, não está ressalvada em relação a esse assunto.

Renovação do contrato de gestão

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis “*carve-out*”, que descreve que em 04 de dezembro de 2018 a Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura - ASELIC foi homologada vencedora do Processo de Seleção para Operacionalização do Hospital Regional Público do Araguaia em Redenção (“HRPA”) com vigência de 60 meses, por meio do termo inicial na data de 07 de dezembro de 2018 e término em 06 de dezembro de 2023. Até a presente data não houve termo Aditivo de prorrogação da vigência do contrato. A renovação do contrato de gestão depende de um acordo entre as partes, e as demonstrações contábeis “*carve-out*” devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis “*carve-out*” incluem valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação. Os exames das demonstrações contábeis “*carve-out*” em 31 de dezembro de 2021 foram conduzidos sob responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório sem modificações em 10 de outubro de 2022. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis “*carve-out*”

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis “*carve-out*” de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis “*carve-out*”, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis “*carve-out*”, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis “*carve-out*”

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis “*carve-out*”, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis “*carve-out*”.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Entidade e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Belém, 22 de maio de 2023.

Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura
HOSPITAL REGIONAL PÚBLICO DO ARAGUAIA
Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	18.483.483	18.227.483	Fornecedores	9	3.028.582	2.691.535
Contas a receber - Contrato de gestão	5	1.460.323	1.593.643	Obrigações trabalhistas	10	11.002.931	8.665.655
Estoques	6	3.316.937	4.194.260	Obrigações tributárias		110.025	101.058
Outras contas a receber		475.468	309.591	Outras contas a pagar	11	108.355	124.149
Total ativo circulante		23.736.211	24.324.977	Total do passivo circulante		14.249.893	11.582.397
Realizável a longo prazo				Passivo não circulante			
Outras contas a receber		549	461	Bens públicos em nosso poder	9	2.111.966	1.556.526
Repasses a receber		-	967.216	Repasse a aplicar	7	200.775	967.216
Total realizável a longo prazo		549	967.677	Obrigações com Terceiros	12	6.409.383	6.523.645
Ativo Não circulante				Total do passivo não circulante		8.722.124	9.047.387
Imobilizado	7	63.765	15.030	Patrimônio líquido	13		
Imobilizado - Bens públicos em nosso poder	8	2.111.966	1.556.526	Patrimônio social		1.281.440	1.281.440
Total ativo não circulante		2.176.280	2.539.233	Superávit/Déficit acumulado		1.659.034	4.952.986
Total do ativo		25.912.491	26.864.210	Total do passivo e patrimônio líquido		2.940.474	6.234.426
						25.912.491	26.864.210

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras "carve-out"

Assinado de forma digital por
CLEBSON CARLOS GOMES
VASCNCELLOS:99392720
220
Data: 2023.05.23 17:52:26
+0100'

Clebson Carlos Gomes Vasconcelos
Presidente

Assinado de forma digital por CARMEN
LUCIA PARENTE ANAÏSSE:37957490263
Data: 2023.05.23 18:18:08 -0300'

Carmen Lúcia Parente Anaisse
Contadora - CRC/PA: 008315-05

Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura
HOSPITAL REGIONAL PÚBLICO DO ARAGUAIA
Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	Nota	2022	2021
Receitas operacionais líquidas	14		
Receitas contrato de gestão		75.370.147	85.847.428
Receitas de doações de materiais médicos		187.268	896.586
Receita de Subvenção		186.710	111.389
		75.744.126	86.855.403
Custos operacionais			
Pessoal e encargos	15.1	(35.974.093)	(35.682.139)
Serviços profissionais	15.2	(22.311.673)	(21.915.022)
Materiais e medicamentos	15.3	(12.448.933)	(14.363.417)
Depreciação bens públicos em nosso poder		(186.710)	(111.389)
Depreciação		(7.034)	(4.739)
Impostos taxas e contribuições		(265.663)	(92.896)
		(71.194.106)	(72.169.602)
Receitas e (Despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	16	(9.810.832)	(10.235.898)
Outras receitas operacionais	17	140.456	51.566
		(9.670.376)	(10.184.332)
Superávit (Déficit) operacional antes do resultado financeiro		(5.120.357)	4.501.469
Resultado financeiro, líquido			
Receitas financeiras	19	1.856.131	484.823
Despesas financeiras	19	(29.727)	(33.306)
		1.826.404	451.517
(Déficit) superávit do exercício		(3.293.953)	4.952.986

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CLEBSON CARLOS GOMES Assinado de forma digital por
 VASCONCELOS:99392720 CLEBSON CARLOS GOMES
 220 VASCONCELOS:99392720220
 Dados: 2023.05.23 17:52:50 -03'00'

Clebson Carlos Gomes Vasconcelos
 Presidente

CARMEN LUCIA PARENTE Assinado de forma digital por CARMEN
 ANAISE:37957490263 LUCIA PARENTE ANAISE:37957490263
 Dados: 2023.05.23 18:18:52 -03'00'

Carmen Lúcia Parente Anaisse
 Contadora - CRC/PA: 008315-O5

Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura
HOSPITAL REGIONAL PÚBLICO DO ARAGUAIA
Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	2022	2021
(Déficit) Superávit do período	(3.293.953)	4.952.986
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do período	<u><u>(3.293.953)</u></u>	<u><u>4.952.986</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CLEBSON CARLOS GOMES
VASCUNCELOS:99392720220

Assinado de forma digital por
CLEBSON CARLOS GOMES
VASCUNCELOS:99392720220
Dados: 2023.05.23 17:53:11 -03'00'

Clebson Carlos Gomes Vasconcelos
Presidente

CARMEN LUCIA PARENTE
ANAISSE:37957490263

Assinado de forma digital por CARMEN
LUCIA PARENTE ANAISSE:37957490263
Dados: 2023.05.23 18:19:18 -03'00'

Carmen Lúcia Parente Anaisse
Contadora - CRC/PA: 008315-O5

Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura - ASELC
HOSPITAL REGIONAL PÚBLICO DO ARAGUAIA
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais)

	Nota	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2021		5.058.204	(3.776.764)	1.281.440
Absorção do déficit do exercício anterior		(3.776.764)	3.776.764	-
Superávit do exercício		-	4.952.986	4.952.986
Saldo em 1º de janeiro de 2022		1.281.440	4.952.986	6.234.426
(Déficit) do exercício		-	(3.293.953)	(3.293.953)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	13. (b)	1.281.440	1.659.033	2.940.473

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CLEBSON CARLOS GOMES Assinado de forma digital por
VASCONCELOS993922720
220
CLEBSON CARLOS GOMES
VASCONCELOS993922720
Dados: 2023.05.23 11:53:4 -03'00'

Clebson Carlos Gomes Vasconcelos
Presidente

CARMEN LUCIA PARENTE Assinado de forma digital por
CARMEN LUCIA PARENTE
ANAISSE37957490263
Dados: 2023.05.23 18:19:49 -03'00'

Carmen Lúcia Parente Anaisse
Contadora - CRC/PA: 008315-O5

Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura
HOSPITAL REGIONAL PÚBLICO DO ARAGUAIA
Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em Reais)

	Nota	2.022	2.021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(Déficit) superávit do exercício		(3.293.953)	4.952.986
Ajustado por :			
Depreciação imobilizado	8	7.034	4.739
Receita de doações de materiais médicos		(187.268)	(896.586)
Receita de doações de ativos imobilizado	14	-	-
(Aumento)/redução nos ativos em:			
Contas a receber - Contrato de gestão	5	133.320	2.159.112
Estoques	6	1.064.591	697.389
Outras contas a receber		(165.964)	(98.142)
Aumento/(redução) nos passivos em:			
Fornecedores	7	337.047	(154.982)
Obrigações trabalhistas	9	2.337.277	2.254.643
Obrigações tributárias		8.967	(4.806)
Outras contas a pagar	10	(15.794)	748
Obrigações com terceiros	10	(114.262)	279.251
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		110.994	9.194.352
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado - Bens públicos em nosso poder	8	(742.150)	(980.000)
Ativo imobilizado	7	(55.769)	(2.265)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(797.919)	(982.265)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Recebimento de numerário para aquisição de imobilizado/intangível	9	942.925	980.000
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		942.925	980.000
Aumento líquida em caixa e equivalentes de caixa		256.000	9.192.087
Demonstração da (redução) aumento líquido do caixa equivalente de caixa			
No início do exercício	4	18.227.483	9.035.396
No fim do exercício	4	18.483.483	18.227.483
Aumento líquida em caixa e equivalentes de caixa		256.000	9.192.087
Transações que não envolveram caixa e equivalentes de caixa:			
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Depreciação imobilizado - Bens públicos em nosso poder	8	186.710	111.389

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras "carve-out".

CLEBSON CARLOS GOMES Assinado de forma digital por
 VASCONCELOS:993927202 CLEBSON CARLOS GOMES
 20 VASCONCELOS:99392720220
 Dados: 2023.05.23 17:53:59 -03'00'

Clebson Carlos Gomes Vasconcelos
 Presidente

CARMEN LUCIA PARENTE Assinado de forma digital por
 ANAISSE:37957490263 CARMEN LUCIA PARENTE
 ANAISSE:37957490263 ANAISSE:37957490263
 Dados: 2023.05.23 18:21:02 -03'00'

Carmen Lúcia Parente Anaisse
 Contadora - CRC/PA: 008315-O5

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em Reais)

1 Contexto operacional

A Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura (“Entidade” ou “ASELC”), é uma pessoa jurídica de direito privado constituída sob a forma de associação de caráter Social e Assistencial, com sede na cidade de Belém, Estado do Pará, cadastrada no CNPJ sob o N° 09.055.340/0001-94, constituída em 2006 e qualificada como Organização Social de Saúde (OSS) em 11 de junho de 2018 por meio do Decreto do Governo do Estado do Pará n° 2.104.

Em 04 de dezembro de 2018 a ASEL foi homologada vencedora do Processo de Seleção para Operacionalização do Hospital Regional Público do Araguaia em Redenção (“HRPA”) por meio do Contrato de Gestão n° 005/SESPA/2018 – Processo n° 2018/551030, com vigência de 60 meses, por meio do termo inicial na data de 07 de dezembro de 2018 e término em 06 de dezembro de 2023.

O Governo do Estado do Pará, através de sua Secretaria de Estado de Saúde-SESPA, instituiu a comissão de acompanhamento e fiscalização que acompanha a execução do contrato e a verificação periódica do desenvolvimento das atividades e resultados obtidos com a aplicação dos recursos sob gestão da ASEL no HRP. A prestação de contas é apresentada de forma mensal à SESPA e leva em consideração: (i) relação dos valores financeiros repassados; (ii) relatório consolidado da produção contratada *versus* produção realizada; e (iii) relatório consolidado do alcance das metas de qualidade (indicadores).

a. COVID 19

Em 2022 os atendimentos a COVID 19 foram pactuados pelo 14° T.A. assinado em 26 de janeiro de 2022 e teve duração de 60 dias.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

Estas demonstrações contábeis “carve-out” foram elaboradas para apresentar a posição financeira histórica dos balanços patrimoniais “carve-out” em 31 de dezembro de 2022 e das demonstrações do resultado “carve-out”, do resultado abrangente “carve-out”, das mutações do patrimônio líquido “carve-out” e dos fluxos de caixa “carve-out” para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 do Hospital Regional Público do Araguaia - HRP.

As demonstrações contábeis “carve-out” da filial do Hospital Regional Público do Araguaia - HRP são derivadas dos registros contábeis e das demonstrações contábeis individuais da Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura – ASEL que foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1) contabilidade para pequenas e médias empresas), e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) – Entidade Sem Finalidade de Lucros.

As demonstrações contábeis “carve-out” que estão sendo apresentadas contemplam apenas os direitos, obrigações e o resultado das operações da filial do Hospital Regional Público do Araguaia – HRP gerida pela Associação de Saúde, Esporte, Lazer e Cultura – ASELC. Dessa forma, não representa a situação financeira e patrimonial da ASELC como um todo (operações e resultados da matriz, decorrentes das atividades hospitalares e das filiais decorrentes da operacionalização da gestão e execução das atividades e dos serviços de saúde dessas OSS - Organizações Sociais de Saúde).

Ressaltamos que no modelo de contratos de gestão de uma OSS - Organização Social de Saúde, quando existe o término do contrato e não há interesse entre as partes em mantê-lo, o ente público abre processo licitatório para contratação de uma nova entidade privada que passará a gerir o contrato. Portanto, os bens são transferidos para SESPA. O contrato de gestão em questão segue o mesmo pressuposto e, caso Hospital Regional Público do Araguaia – HRP manifeste interesse em não renová-lo, o mesmo será devolvido ao ente público que buscará outra entidade privada para assumi-lo.

A emissão das demonstrações contábeis “carve out” foi autorizada pela Diretoria Administrativa em 22 de maio de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis “carve-out”, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras “carve-out” estão apresentadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado, quando aplicáveis, apresentadas com base no custo histórico.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras “carve-out” estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão apresentadas em real, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de julgamentos e estimativas e premissas

A preparação das demonstrações financeiras “carve-out” de acordo com as normas brasileiras de contabilidade exige que a administração faça julgamentos e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras “carve-out”. A Entidade não possui nenhuma transação contábil na qual foram aplicadas julgamento quanto a sua contabilização para os exercícios findos de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Estimativas e premissas

As estimativas e premissas são revistas periodicamente, utilizando as melhores prospecções até a data de encerramento das demonstrações financeiras. A entidade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não possui nenhuma transação contábil na qual foram aplicadas estimativas e premissas quanto a sua contabilização.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1 Caixa e equivalentes a caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.2 Contas a receber - Contrato de Gestão

As contas a receber sobre a parcela mensal definida conforme Contrato de Gestão Estadual, são registradas de acordo com seu período de competência.

3.3 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques estão relacionados, principalmente, a medicamentos e material médico hospitalar para serem utilizados junto aos pacientes atendidos. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os estoques recebidos em doação, ou seja, sem contraprestações, são mensurados pelo seu valor justo, mensuração efetuada pela administração baseada no último preço de aquisição dos itens recebidos como doação. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

A Entidade avalia periodicamente a composição e giro dos seus estoques a fim de identificar quebras dos processos produtivos, divergências de estoques e existência de itens obsoletos e de baixo giro. Os fatores de risco são gerenciados à medida das realizações dos inventários realizados ao longo do exercício, e em relação à obsolescência, a partir da avaliação quanto ao giro de estoques e data de vencimento, caso seja identificado algum fator de risco a provisão de itens obsoletos é reconhecida em contrapartida ao resultado do exercício.

3.4 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os itens adquiridos com verba própria da Entidade e/ou recebidos como doação de terceiros, os quais são utilizados nas atividades operacionais do hospital, poderão, de acordo com a aprovação da administração, ser doados e incorporar o patrimônio do Hospital e por consequência o da Secretária Estadual de Saúde do Pará – SESPA.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Equipamentos de processamento de dados	5 anos
Móveis e máquinas	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.5 Imobilizado – Bens públicos em nosso poder

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

A Organização Social de Saúde (OSS) deve usufruir apenas do direito de uso dos bens. A escrituração contábil de custos e depreciação está a cargo da Secretaria do Estado de Saúde do Pará (SESPA).

Os itens do ativo imobilizado da Entidade são bens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela Entidade, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da concessão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou de outros fatores específicos. No passivo, a contrapartida dos bens foi registrada na rubrica de “bens públicos em nosso poder”, de acordo termo de permissão de uso emitido pela Secretária do Estado de Saúde do Pará (SESPA).

Os equipamentos, instrumentos e quaisquer bens permanentes, que porventura venham a ser adquiridos com recursos oriundos do contrato de gestão, ao término do contrato, serão incorporados ao patrimônio do Estado do Pará, devendo a Entidade entregar a Secretaria de Saúde do Estado do Pará SESPA, documentação necessária ao processo de regularização da incorporação dos referidos bens.

Os bens são depreciados pelo método linear, utilizando taxas anuais, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido, exceto por terrenos que não são depreciados.

Categoria dos ativos	Taxa de vida útil depreciação anual
Computadores e periódicos	20%
Máquinas e equipamentos	20%
Equipamentos médico hospitalar	10%

3.6 Instrumentos financeiros

A Entidade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio do resultado e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Entidade não possuía ativos financeiros classificados na categoria de mensurados ao valor justo por meio do resultado e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Entidade classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. Durante os exercícios de 2022 e 2021, a Entidade não contratou operações com instrumentos financeiros derivativos.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Entidade são: caixa e equivalentes de caixa, e contas a receber. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Entidade são: fornecedores e outras contas a pagar.

Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2022 e 2021.

3.7 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

3.8 Benefícios a empregados

A Entidade não mantém planos de pensão, previdência privada ou outro plano de aposentadoria para os empregados e dirigentes, e não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações.

3.9 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Entidade espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.10 **Patrimônio líquido**

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade.

3.11 **Reconhecimento da receita**

(i) **Contratos de Gestão**

O reconhecimento das receitas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que (i) os riscos e benefícios mais significativos referente ao cumprimento das atividades definidas no contrato de gestão são devidamente executas, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Entidade, (iii) os custos associados podem ser estimada de maneira confiável, e (iv) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita de prestações de serviços é reconhecida de acordo com a competência no qual o serviço é prestado e pelo valor determinado por meio do Contrato de Gestão firmado com a Secretaria de Estado de Saúde do Pará (SESPA).

(ii) **Receitas de depreciação de “Bens públicos em nosso poder”**

Em atendimento a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12 (ITG 2002 (R1)), NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais, bem como o cumprimento ao Contrato de Gestão, a Entidade reconhece a depreciação dos ativos, que serão devolvidos à Secretaria quando do término do Contrato de Gestão, na demonstração de resultado do exercício, nas despesas operacionais, em contrapartida as receitas operacionais do Contrato de Gestão.

3.12 **Resultado financeiro, líquido**

As receitas financeiras compreendem: (i) receitas financeiras abrange receitas de juros e aplicações financeiras, descontos e bonificações recebidas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos; (ii) despesas financeiras abrangem despesas com juros, multas e despesas bancárias.

3.13 **Apuração do resultado**

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência do período. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

3.14 **Gerenciamento de risco financeiro**

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de liquidez
Risco de mercado

A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na nota explicativa nº 20.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa – fundo fixo	708	3.656
Bancos conta movimento	91.504	607.888
Aplicações financeiras	<u>18.391.271</u>	<u>17.615.939</u>
	<u>18.483.483</u>	<u>18.227.483</u>

A Entidade mantém os recursos disponíveis aplicados em títulos de renda fixa Certificado de Depósito Bancário (CDB), enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social. O rendimento médio para o exercício de 2022 foi de 95% do CDI a.a. (2020 de 105% do CDI a.a.).

5 Contas a receber - Contrato de gestão

	2022	2021
Contas a receber - custeio	1.460.323	1.593.643

Refere-se ao repasse dos recursos vinculados ao contrato de gestão firmado com a Secretaria de Estado do Pará - SESPA para a operacionalização nas atividades e serviços do Hospital Regional Público do Araguaia - HRP. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

Aging list das contas a receber

	2022	2021
Vencidos	1.460.323	1.593.643
Até 30 dias (a)		

- (a) A administração não constituiu provisão para perda de crédito esperada, pois o montante em aberto foi proveniente de contrato firmado com o Estado, de modo que não se tem perspectiva de perdas nos valores a serem repassados, adicionalmente, o montante em aberto foi recebido no início de 2023.

6 Estoques

	2022	2021
Medicamentos	1.242.205	2.348.492
Materiais médico hospitalar	926.506	879.035
Estoque gerais	943.739	762.822
Material de engenharia clínica	<u>204.487</u>	<u>203.911</u>
	<u>3.316.937</u>	<u>4.194.260</u>

A Entidade avaliou seus estoques existentes em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e concluiu não ser necessário a constituição de provisão para obsolescência dos estoques e/ou estoques de baixo giro.

7 Imobilizado

<u>Custo</u>	Móveis e máquinas	Equipamentos processamento de dados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.290	2.450	9.740
Aquisição patrimonial (CEP) (a)	10.567	1.998	12.565
Saldo em 31 de dezembro de 2020	17.857	4.448	22.305
Aquisição patrimonial (CEP) (b)	2.265	-	2.265
Saldo em 31 de dezembro de 2021	20.122	4.448	24.570
Aquisição patrimonial (CEP) (a) (b)	29.570	26.199	55.769
Saldo em 31 de dezembro de 2022	49.692	30.647	80.339
<u>Depreciação</u>			
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(608)	(163)	(771)
Depreciação e amortização no período	(3.307)	(723)	(4.030)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(3.915)	(886)	(4.801)
Depreciação e amortização no período	(3.850)	(889)	(4.739)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(7.765)	(1.775)	(9.540)
Depreciação e amortização no período	(4.397)	(2.637)	(7.034)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(12.162)	(4.412)	(16.574)
Valor contábil			
Em 31 de dezembro de 2021	12.357	2.673	15.030
Em 31 de dezembro de 2022	37.530	26.235	63.765

- (a) As doações de patrimônio referentes a equipamentos (Bens) foram realizadas por pessoas físicas.
- (b) As aquisições de imobilizado utilizaram os recursos do CEP – Centro de Ensino e Pesquisa. O CEP do Hospital Regional Público do Araguaia tem a missão de gerar e disseminar o conhecimento, qualificar novos profissionais e prover um ambiente que favoreça a atração e a retenção de talentos para o hospital. Seus recursos são provenientes de convênio com instituições de ensino, para concessão de estágios.

8 Imobilizado - Bens públicos em nosso poder

	Equipamentos médico hospitalar	Imobilizado em andamento	total
Custo			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	705.554	-	705.55
Aquisição patrimonial (a)	980.000	-	980.000
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.685.554	-	1.685.554
Aquisição patrimonial (b)	544.650	197.500	742.150
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.230.204	197.500	2.427.704
Depreciação			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(17.636)	-	(17.636)
Depreciação e amortização no período	(111.389)	-	(111.389)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(129.028)	-	(129.028)
Depreciação e amortização no período	(186.710)	-	(186.710)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(315.738)	-	(315.738)
Valor contábil			
Em 31 de dezembro de 2021	1.556.526	-	1.556.526
Em 31 de dezembro de 2022	1.914.466	197.000	2.111.966

- (a) Em 22 de julho de 2021, foi adquirido um Aparelho Tomógrafo, com recursos do 8º Termo Aditivo, esse bem foi contabilizado no ativo não circulante em Imobilizado – Bens públicos em nosso poder em contrapartida no passivo não circulante em Bens em nosso poder.
- (b) Em 02 de agosto de 2022, foi adquirido um Sistema de Vídeo Endoscopia, com recursos do 13º Termo Aditivo, esse bem foi contabilizado no ativo não circulante em Imobilizado – Bens públicos em nosso poder em contrapartida no passivo não circulante em Bens em nosso poder. Em outubro e novembro, foi dado início a execução e elaboração dos projetos para reforma e ampliação da estrutura do HRP, com recursos do 15º Termo Aditivo, os estudos e anteprojetos foram contabilizados no ativo não circulante em Imobilizado – Bens públicos em nosso poder em contrapartida no passivo não circulante em Bens em nosso poder

Os valores de depreciação pela utilização desses bens são reconhecidos como despesa no resultado do exercício, bem como em respectivo valor reconhecido como receita de depreciação em contrapartida a conta de bens públicos em nosso poder.

Os valores desses ativos estão demonstrados ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado do Contrato de Gestão, registrados no ativo não circulante.

9 Fornecedores

	2022	2021
Materiais e medicamentos	886.543	789.198
Serviços terceirizados contratados	2.142.039	1.902.337
	<u>3.028.582</u>	<u>2.691.535</u>

10 Obrigações trabalhistas

	2022	2021
Salários e ordenados a pagar	2.532.843	2.461.289
Provisão para 13º salário, férias e encargos sociais (a)	<u>8.470.088</u>	<u>6.204.366</u>
	<u>11.002.931</u>	<u>8.665.655</u>

- (a) As provisões trabalhistas estão compostas por provisões para férias e encargos, multa rescisória, FGTS e dissídio coletivo que será pago de acordo com a convenção coletiva de cada categoria

11 Obrigações com terceiros

	2022	2021
Empréstimos SESP	164.989	279.251
Transição Gestão HRP (a)	<u>6.244.394</u>	<u>6.244.394</u>
	<u>6.409.383</u>	<u>6.523.645</u>

- (a) Em 06 de dezembro de 2018, visto a proximidade entre a homologação do resultado da OSS (Organização Social de Saúde) vencedora, transição de Governo do Estado, e manutenção da prestação de Serviço Público do hospital objeto do contrato de gestão, foi emitido o ofício N° 135/2018-GTCAGHMR/SESPA que estabeleceu período de até 60 dias para transição. A partir deste ofício foi celebrado um Termo de Parceria com a antiga OSS administradora, para o referido período de transição, com prazo final em 06 de fevereiro de 2019.

Durante o período visto ausência de tempo hábil para que a ASELC assumisse integralmente a operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do HRP sem a interrupção dos serviços essenciais de saúde, de acordo com o ofício N° 135/2018-GTCAGHMR/SESPA, o IDESMA (antiga OSS) ficou responsável pelo processo de compra de materiais e medicamentos, custos médicos e pagamentos de salários inerentes as operações do HRP, visando o não desabastecimento e a continuidade dos serviços, até o prazo final do Termo de parceria, os custos citados anteriormente foram pagos pelo IDESMA os quais deverão ser ressarcidos pela ASELC, que protocolou ofício junto a SESP solicitando a transferência de recursos recebidos como verba de custeio no Contrato de Gestão n° 005/SESPA/2018, para quitação das obrigações, e aguarda a definição do Poder Concedente. Não houve nenhum fato novo e/ou alteração quanto ao protocolo de solicitação por parte do Poder Concedente.

Não houve nenhum fato novo e/ou alteração quanto ao protocolo de solicitação por parte do Poder Concedentes durante o ano de 2022.

12 Contingências

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências.

A Entidade não possuía nenhuma contingência com risco de perda provável nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Riscos avaliados como perdas possíveis

A Entidade não possuía nenhuma contingência com risco de perda possível nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

13 Patrimônio líquido

a. Patrimônio social

O patrimônio social da Entidade é empregado integralmente nos seus objetivos sociais e formado pelos superávits e déficits dos exercícios sociais.

- b. Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio social da Entidade permaneceu em R\$ 1.281.440.

14 Receitas operacionais líquidas

	2022	2021
Receita Contrato de gestão - Estadual (a)	75.370.148	85.847.428
Receitas de doação de materiais médicos	187.268	896.586
Receita de depreciação bens públicos em nosso poder (b)	186.710	111.389
	75.744.126	86.855.403

- (a) A entidade firmou com o Governo do Estado do Pará, contrato de Gestão n° 005/SESPA/2018 – Processo n° 2018/551030, com vigência de 60 meses, com data inicial de 07 de dezembro de 2018 e término em 06 de dezembro de 2023, para operacionalização das atividades e serviços do Hospital Regional Público do Araguaia – HRP.

A remuneração do contrato de gestão e operacionalização é definida de acordo com suas características de atendimento, com um orçamento de custeio pré-fixado, com base na estrutura física e na produção de serviços definidas como metas contratuais quantitativas e qualitativas. Não há redução ou glosa do repasse da verba do contrato de gestão.

A Entidade firmou no decorrer do ano de 2022 os seguintes Termos Aditivos 14° TA – R\$ 2.619.996 e o 16° TA – R\$ 2.489.994 para o Hospital Regional Público do Araguaia.

- (b) A Entidade, em atendimento a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade n° 1.409/12 (ITG 2002 (R1)), em cumprimento ao Contrato de Gestão, reconhece a depreciação dos ativos, que serão devolvidos à Secretaria quando do término do Contrato de Gestão, na demonstração de resultado do exercício, nas despesas operacionais, em contrapartida as receitas operacionais do Contrato de Gestão.

15 Custos operacionais

15.1 Pessoal e encargos

	2022	2021
Salários e ordenados	(21.368.891)	(19.548.860)
Férias, 13° salário e rescisão trabalhistas	(9.292.446)	(8.621.205)
Encargos sociais	(5.289.851)	(7.512.074)
Benefícios	(22.905)	-
	(35.974.093)	(35.682.139)

15.2 Serviços profissionais

	2022	2021
Honorários médicos (a)	(19.635.463)	(20.176.235)
Serviços técnicos contratados (b)	(2.676.210)	(1.738.787)
	22.311.673	(21.915.022)

- (a) Valores relativos aos atendimentos por médicos contratados, apurados pelo custo dos serviços prestados nos atendimentos aos pacientes não pagantes (internações e ambulatório), custos de operação do atendimento SUS e custos indiretos associados aos projetos de atendimento.
- (b) Os montantes são relacionados aos prestadores de serviços terceirizados, para o desempenho de atividades ligadas ao atendimento médico, tais como: serviços de análise e diagnóstico, locação temporária de equipamentos, e demais serviços.

15.3 Materiais e medicamentos

	2022	2021
Drogas e medicamentos (a)	(4.725.013)	(5.378.469)
Materiais uso do paciente (a)	(3.143.200)	(4.647.275)
Custos gerais de materiais hospitalares	(1.711.268)	(1.866.550)
Gêneros alimentícios	(1.039.870)	(909.983)
OPME - Órtese, prótese e materiais especiais	(1.113.782)	(797.179)
Materiais de limpeza e descartáveis	(715.800)	(763.961)
	(12.448.933)	(14.363.417)

- (a) No ano de 2022 os preços de materiais e medicamentos tiveram realinhamento por conta do fim da pandemia COVID 19, além de alguns medicamentos e materiais específicos para o tratamento COVID deixaram de ser usados, o conjunto desses fatores contribuiu para a redução dos custos com materiais e medicamentos.

16 Gerais e administrativas

	2022	2021
Despesa administrativas (a)	(3.132.772)	(4.208.049)
Despesa manutenção	(2.530.294)	(2.204.375)
Serviços terceirizados	(1.107.772)	(1.078.446)
Despesas fixas – energia e telefone	(1.477.881)	(1.419.278)
Despesas com informática	(1.003.695)	(970.221)
Locação de veículos	178.993	(155.894)
Despesas com viagens e hospedagens	(271.749)	(83.190)
Locação de bens imóveis	(43.281)	(70.114)
Outras despesas	(64.395)	(46.331)
	(9.810.832)	(10.235.898)

- (a) Junto as despesas administrativas encontram-se registrado valores referentes ao rateio de despesas administrativas da matriz previstas no contrato de gestão, cláusula quinta, inerente a interdependência que permite a utilização de até 5% da receita total. Para este exercício foi reconhecido o montante de R\$2.917.681 (R\$ 3.893.712 em 2021).

17 Outras receitas operacionais

	2022	2021
Receita de espaço - locação lanchonete	13.334	6.870
Convênio de estágios	127.122	44.696
	140.456	51.566

18 Tributos e contribuições (renúncia fiscal)

Na condição de Entidade sem fins lucrativos, aplicam-se a Entidade determinados benefícios fiscais estabelecidos em legislação ordinária.

O art. 15 da Lei nº 9.532/97 prevê isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) às associações civis, sem fins lucrativos, observados os seguintes requisitos:

- (a) Não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;
- (b) Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
- (c) Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- (d) Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- (e) Apresentar, anualmente, Declaração de Rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal; e
- (f) Não apresentar superávit em suas contas ou, caso o presente em determinado exercício, destinar referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

A isenção não abrange os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável.

19 Resultado financeiro, líquido

	2022	2021
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.853.530	464.427
Descontos e bonificações recebidas	2.601	20.396
	<u>1.856.131</u>	<u>484.823</u>
Juros e multas	(9)	(1.049)
Tarifas bancárias	(29.718)	(32.257)
	<u>(29.727)</u>	<u>(33.306)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>1.826.404</u>	<u>451.517</u>

20 Instrumentos financeiros

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa, e contas a receber, assim como contas a pagar, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Durante os exercícios de 2022 e 2021 não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os mercados para os investimentos financeiros da Entidade.

Instrumentos financeiros “não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os instrumentos financeiros da Entidade foram classificados conforme as seguintes categorias:

Descrição	Classificação	2022		2021	
		Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo	18.483.483	18.483.483	18.227.483	18.227.483
Contas a receber - Contrato de gestão	Ativos financeiros não mensurados ao valor justo	1.460.323	1.460.323	1.593.643	1.593.643
Fornecedores	Passivos financeiros não mensurados ao valor justo	3.028.582	3.028.582	2.691.535	2.691.535
Outras contas a pagar	Passivos financeiros não mensurados ao valor justo	108.355	108.355	124.149	124.149

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2022, a Entidade está sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando à mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em aplicações financeiras de liquidez, com bancos públicos em títulos de baixo risco como CDB.

21 Avais, fianças e garantias

A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2022 e 2021.

22 Partes relacionadas

A Entidade não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplicam integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros de administração e diretores executivos. A remuneração total em 2022 foi de R\$ 734.647 (R\$ 750.123 em 2021).

23 Eventos subsequentes

Aditivos contratuais do contrato de gestão

Assinatura dos seguintes Termos Aditivos (T.A.) para o Hospital Regional Público do Araguaia – HRP:

Assinatura do 17º Termo Aditivo, cujo objetivo é ampliação do serviço de hemodiálise possibilitando a oferta de 286 sessões mensais, no valor mensal de R\$ 100.900.

Supremo Tribunal Federal (“STF”) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

O Supremo Tribunal Federal (“STF”) finalizou o julgamento, em 08 de fevereiro de 2023, dos recursos extraordinários RE no 955227 (Tema 885) e RE no 949297 (Tema 881), e consolidou o entendimento no sentido de que uma decisão definitiva (coisa julgada) obtida por determinado contribuinte sobre tributos recolhidos de forma continuada perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário posteriormente. Ainda, o STF não acolheu o pedido de modulação de efeitos da decisão, de forma que as autoridades fiscais podem cobrar os tributos que deixaram de ser recolhidos com base em tais decisões. A Entidade revisou os temas tributários para os quais tem decisão definitiva (coisa julgada) nos últimos 5 (cinco) anos e não identificou nenhum impacto do julgamento do STF ao tratamento atualmente conferido aos seus recolhimentos tributários.

* * *

CLEBSON CARLOS GOMES
VASCNCELOS:99392720220
20220

Assinado de forma digital por
CLEBSON CARLOS GOMES
VASCNCELOS:99392720220
Dados: 2023.05.23 17:55:08
-03'00"

Clebson Carlos Gomes Vasconcelos
Presidente

CARMEN LUCIA PARENTE
ANAISSSE:37957490263

Assinado de forma digital por
CARMEN LUCIA PARENTE
ANAISSSE:37957490263
Dados: 2023.05.23 18:21:48
-03'00"

Carmen Lúcia Parente Anaisse
Contadora
CRC PA 008315-O/5